

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 **ABR.MAI.JUN**

ISSN 2595-2234

2019

BO
LE
TIM
DE



IMESC

CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE



SEPE

SECRETARIA DE ESTADO DE
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Orleans Brandão Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Luis Fernando Silva

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Dionatan Silva Carvalho

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Hiroshi Matsumoto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS POPULACIONAIS E SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E SETORIAIS

Geilson Bruno Pestana Moraes

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS

Anderson Nunes Silva

COORDENAÇÃO

Geilson Bruno Pestana Moraes

ELABORAÇÃO

Adriana Cristina Rabelo da Silva
Anderson Nunes Silva
Carlos Eduardo Nascimento Campos
Dionatan Silva Carvalho
Geilson Bruno Pestana Moraes
Matheus Pereira Farias
Neuzilene Lima Costa

Paulo Eduardo Robson Mendes
Pedro Augusto da Silva Tavares
Rafael Thalysson Costa Silva
Raphael Bruno Pezerra Silva
Rebeca Gomes de Oliveira Batista
Renan Lessa da Costa
Talita de Sousa Nascimento

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Gustavo Sampaio

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 7, n. 2 (2019). – São Luís: IMESC, 2019.

Trimestral

50 p.

1. Economia 2. Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

SIGLAS

ABAC	Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios
ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ADP	Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	Banco Central Do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COPOM	Comitê de Política Monetária
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DCL	Despesa Corrente Líquida
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DPF	Dívida Pública Federal
DTP	Despesa Total com Pessoal
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
Fecomércio/MA	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMA	Federação das Indústrias do Maranhão
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC	Índice de Confiança do Empresário do Comércio Ludovicense
ICF	Índice de Confiança das Famílias
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
SEPT	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto

PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRT/PERT	Programa de Regularização Tributária
RCL	Receita Corrente Líquida
RERCT	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária
RFB	Receita Federal do Brasil
SAF	Secretaria Estado de Agricultura Familiar
SAGRIMA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECTI	Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ/MA	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão
SEINC	Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Energia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPLAN/MA	Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SFH	Sistema Financeiros de Habitação
SINFRA/ma	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Maranhão
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE/ma	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
TEGRAM	Terminal de Grãos do Maranhão
TUP	Terminal de Uso Privativo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
VA	Valor Agregado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Volume de Vendas do Comércio Varejista e Comércio Varejista Ampliado, segundo as atividades de divulgação em abril de 2019. Base 2014=100.....	12
Tabela 2 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2019* (US\$ milhões)	17
Tabela 3 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2015 até 2019* valores em US\$ milhões e variação em (%).....	18
Tabela 4 - Brasil: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2018 a 2019.....	20
Tabela 5 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, em 2018 e 2019*, saldo mensal; Variação Absoluta.....	22
Tabela 6 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central em maio de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a maio de 2018 e 2019, em R\$ milhões constantes de maio de 2019 corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e variação absoluta.....	22
Tabela 7 - Brasil: Receitas e Despesas do Governo Central em maio de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a maio de 2018 e 2019, em R\$ milhões constantes de maio de 2019 corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e variação absoluta.....	23
Tabela 8 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões)*, Participação (%), Taxa Média de Crescimento Anual (% a.a.), e Taxa de Crescimento 2018/2019	31
Tabela 9 - Balança Comercial Maranhense de 2010 até 2019*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%).....	34
Tabela 10 - Principais Complexos e Produtos exportados pelo Estado do Maranhão de 2018 até 2019*,valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 Toneladas) e Crescimento (%)	35
Tabela 11 - Importações Maranhenses Por Grandes Categorias Econômicas (GCE) de 2018 até 2019*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)	36
Tabela 12 - Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2018 a 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%).....	36
Tabela 13 - Maranhão: Investimentos públicos estaduais em andamento, por categoria (R\$ milhões) – março e junho de 2019.....	37
Tabela 14 - Maranhão: Principais Investimentos Privados por categoria (R\$ milhões) - 2018 a 2022*	38
Tabela 15 - Maranhão: Saldo de emprego formal de 2017 a 2019*, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta	39
Tabela 16 - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação no acumulado* de 2019	42
Tabela 17 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2017 a 2019; Variação absoluta e taxa de crescimento (%)	45
Tabela 18 - Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2017 a 2019*.....	46
Tabela 19 - Maranhão: Arrecadação de Impostos Federais em 2018 e 2019*, mensal e acumulado (em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA até mai/19), taxa de crescimento (%) e variação absoluta	48
Tabela 20 - Maranhão: Arrecadação de Tributos Estaduais em 2018 e 2019*, em maio/18 e maio/19, acumulado de jan-maio/18 e jan-maio/19 (R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA até maio/19), taxa de crescimento (%) e variação absoluta	48
Tabela 21 - Maranhão: Principais Transferências Constitucionais para o Estado e Municípios em 2018 e 2019*, em maio/18 e maio/19 (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até mai/19) e taxa de crescimento real (%)	49
Tabela 22 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital em 2018 e acumulado de janeiro a maio de 2019 (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até mai/19)	50
Tabela 23 - Maranhão: Gastos por categoria em 2018 e acumulado de janeiro a maio de 2019* (R\$ corrigidos pelo IPCA de maio de 2019).....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Preço da soja exportada pelo Brasil e pelos EUA, de set/2016 até mar/2019. Valores em US\$/mil toneladas.....	9
Gráfico 2 - Brasil: Evolução do acumulado dos últimos doze meses da produção industrial física nacional de mar.13 a mar.19. Base 2012=100.....	11
Gráfico 3 - Brasil: Variação interanual (%) de devedores e das dívidas no Brasil de abr.14 a abr.19.....	13
Gráfico 4 - Brasil: Variação Mensal dos indicadores ICOM e ICC de abr.12 a abr.19.....	14
Gráfico 5 - Brasil: Evolução do IPCA; Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - abr/00 a abr/19.....	15
Gráfico 6 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre out/19 e jan/25 em % (abr/19, maio/19 e jul/19.....	16
Gráfico 7 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional das commodities minerais metálicas (exceto metais preciosos), fertilizantes e evolução do preço da pasta de celulose ¹ de jan/2000 até jan/2019. Base 2010=100 baseado no preço em dólares (USD) nominais.....	18
Gráfico 8 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, de 2012 a 2019, em %.....	20
Gráfico 9 - Brasil: Rendimento Médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), de 2012 a 2019, inflacionados pelo IPCA a preços de abr/19.....	21
Gráfico 10 - Brasil: Decomposição do Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses até maio – 2002 a 2019.....	24
Gráfico 11 - Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB.....	25
Gráfico 12 – Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%).....	26
Gráfico 13 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019.....	28
Gráfico 14 - Estimativa da produção das culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão – 2018 e 2019* (mil toneladas).....	29
Gráfico 15 - Evolução da Produção Estimada de Grãos no Maranhão entre 2017, 2018 e 2019* (mil toneladas). 29	
Gráfico 16 - Brasil e Maranhão: Variação de 12 meses (%) do Volume de Vendas do Varejo Ampliado, de abr.06 a abr.19. Base 2014=100.....	32
Gráfico 17 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Inadimplência em abril de 2019.....	33
Gráfico 18 - Maranhão: Saldo de Emprego Formal por tipo de Ocupação, dez maiores e dez menores no acumulado* de 2019.....	40
Gráfico 19 - Maranhão: Saldo de empregos gerados, segundo porte das empresas, acumulado* de 2018 e 2019.....	41
Gráfico 20 - Maranhão - Saldo emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente, acumulado* de 2018 e 2019.....	41
Gráfico 21 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, de 2012 a 2019, (em %).....	44
Gráfico 22 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desalentados trimestral das pessoas na força de trabalho ampliada, de 2012 a 2019, (em %).....	44
Gráfico 23 - Brasil e Maranhão: Rendimento Médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do 1º tri/2012 ao 1º tri/2019, inflacionados pelo IPCA a preços de fev/19.....	47

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. CENÁRIO INTERNACIONAL	9
2. CENÁRIO NACIONAL	10
2.1. Cenário Político	10
2.2. Nível de Atividades	10
2.2.1. Produto Interno Bruto	10
2.2.2. Produção Industrial	11
2.2.3. Comércio	12
2.2.4. Inflação	14
2.3. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	16
2.3.1. Balanço de Pagamentos	16
2.3.2. Commodities	17
2.3.3. Balança Comercial	18
2.4. Mercado de Trabalho	19
2.5. Finanças Públicas	22
3. CENÁRIO ESTADUAL	25
3.1. Nível de Atividades	25
3.1.1. Produto Interno Bruto	25
3.1.2. Produção Agrícola	28
3.1.3. Indústria	30
3.1.4. Financiamento Imobiliário	31
3.1.5. Comércio	31
3.2. Comércio Exterior	33
3.2.1. Balança Comercial	33
3.3. Investimentos	37
3.4. Mercado de Trabalho	39
3.4.1. Emprego Formal	39
3.4.2. Ocupação	43
3.5. Finanças Públicas	47

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica atual da economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. Além do setor público, o Boletim alcança os mais diversos segmentos: empresários, acadêmicos e sociedade civil organizada ou não.

Publicado desde o ano de 2008, o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense constitui-se no principal produto do IMESC e vem sendo continuamente aprimorado, com a finalidade de retratar a economia maranhense da forma mais completa possível, por meio de informações confiáveis.

A análise estrutura-se em três grandes blocos: economia internacional, economia nacional e economia maranhense. Na economia internacional, analisa-se a dinâmica das principais economias avançadas e emergentes. Na economia nacional, são analisados os indicadores de nível de atividades (Produto Interno Bruto - PIB, produção industrial, comércio, endividamento, inflação e juros); comércio exterior (balanço de pagamentos, *commodities* e balança comercial); mercado de trabalho (formal e ocupação) e finanças públicas. Na economia maranhense, faz-se um amplo levantamento dos principais indicadores disponíveis para o âmbito estadual, tanto em bases secundárias (ministérios, jornais, revistas, notícias, dentre outros) como primárias (secretarias de estado e empresas), nos seguintes temas: nível de atividade (produção agrícola, financiamento imobiliário, comércio, endividamento, inadimplência, investimentos e PIB); comércio exterior (balança comercial); mercado de trabalho estadual (formal e ocupação) e municipal (formal); finanças públicas (receitas, despesas e indicadores de responsabilidade fiscal).

Boa Leitura!

SUMÁRIO EXECUTIVO

As estimativas para o crescimento mundial caíram para 3,2% em 2019 (-0,1 p.p. em relação ao mês anterior), segundo a versão de abril do *Interim Economic Outlook*, da OCDE. A organização também prevê desaceleração de 0,9 p.p. no comércio global, que deve registrar crescimento 2,1% em 2019. A guerra comercial entre EUA e China foi apontada pela OCDE como principal responsável pelas expectativas negativas para a economia global.

No que se refere à abrangência nacional, o cenário internacional repercutiu na queda de 3% nas exportações brasileiras. Já as exportações brasileiras de produtos suínos, no período de janeiro a abril de 2019, foram 5,5% superiores à média dos quatro anos anteriores, considerando-se o mesmo período.

O aumento da participação da China na exportação de carne suína do Brasil, que representava em média 45,3% do total exportado entre 2015 e 2018 e subiu para 55,1%, no acumulado de 2019, foi resultado do surto de peste suína africana na China. Por outro lado, a estimativa de redução em 30% da produção de carne de porco na China em 2019 contra 2018, em decorrência da peste suína africana (dados do Rabobank), deverá afetar a demanda por grãos utilizados na alimentação animal.

Como ponto positivo, após mais de vinte anos de negociações, Mercosul e União Europeia chegaram a um acordo de associação que trata, dentre outras coisas, do comércio entre os países dos dois blocos. Entretanto, os benefícios para o Brasil não ocorrerão no curto prazo, considerando que para entrar em vigor, ainda é necessário que o tratado seja ratificado por cada país membro.

De acordo com os dados de Contas Trimestrais do IBGE, o Produto Interno Bruto brasileiro registrou queda de 0,2% no 1º trimestre de 2019 contra o trimestre anterior, e foi o primeiro resultado negativo nessa comparação, desde o 4º trimestre de 2016 (-0,6%). A expectativa do PIB nacional para o ano de 2019 divulgada no Boletim Focus de julho (0,8%), foi reavaliada para baixo pela 20ª vez consecutiva, sendo que no início do ano o mercado esperava um crescimento de 2,53%. Destaca-se que as incertezas provenientes dos embates entre Executivo e Legislativo geraram dúvidas quanto à sustentabilidade fiscal. Somam-se a isso condicionantes externas, como a crise da Argentina. Estes fatores contribuirão para as reavaliações para baixo do crescimento da economia brasileira.

No tocante aos juros, as expectativas para o curto prazo se intensificaram para redução do atual patamar de 6,5% e as expectativas para os juros no longo prazo também estão sendo reduzidas continuamente. A possibilidade de corte na taxa de juros esperada pelo mercado é fortalecida por um cenário com baixa aceleração da inflação, acentuação da ociosidade dos fatores de produção e corte na taxa básica de juros praticada nos EUA.

Em relação à abrangência estadual, considerando o PIB maranhense, estima-se que haverá um crescimento real de 1,1% em 2019, superior ao nacional (0,8%). Os setores com melhores desempenhos no Maranhão, em termos de Valor adicionado no ano 2019 são a Indústria e os Serviços.

O setor Industrial apresenta crescimento estimado de 2% em 2019, tendo como impulso a indústria de pelotização. Em relação aos investimentos projetados até 2022, de um total de R\$ 6,68 bilhões, o setor de alimentos e bebidas se destaca com 34,73% do total. A previsão de instalação em

São Raimundo das Mangabeiras da empresa Brasil Agro, que será responsável pela produção de grãos (milho e soja) e processamento de etanol, contribui com R\$ 1,4 bilhão no montante.

E para o setor de Serviços no Estado, que detém pouco mais de 70% da economia, estima-se um crescimento de 1,2% em 2019, mais em virtude do componente Administração Pública do que dos demais serviços e do Comércio. O volume de vendas no varejo ampliado registrou avanço de 3,5% no acumulado de 12 meses até abril 2019, contudo demonstra arrefecimento considerando janeiro de 2019 (+5,0%).

Considerando a balança comercial do Maranhão no 1º quadrimestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018, houve alta de 4,7% no valor das exportações, liderada pelo produto pelotas de ferro. Já nas importações, foi observado recuo de 1,5%, principalmente no componente de Bens intermediários (-36%), decorrente da menor compra de Álcool/Etanol. Por outro lado, o barateamento da gasolina superior ao do álcool contribuiu para a substituição do segundo pelo primeiro, tendo as importações da gasolina mais que dobrado em quantidade.

No que se refere ao mercado de trabalho, o emprego com carteira no Maranhão apresentou saldo positivo de 3,7 mil postos no acumulado de janeiro a maio de 2019, o segundo melhor do Nordeste. Esta também é a classificação do estado quando se considera a variação do estoque de empregos (+0,8% em relação ao estoque de dezembro de 2018). O setor de Serviços liderou as contratações líquidas, com a geração de 6,5 mil vagas de empregos com carteira.

No que tange às finanças públicas, no acumulado de janeiro a maio de 2019, o Maranhão apresentou um aumento na arrecadação tributária e das transferências constitucionais para o Estado, esta última influenciada pelo desempenho positivo da arrecadação do IR em nível nacional. Pelo lado das despesas, constatou-se que as áreas que receberam maior volume de recursos no período em tela foram: Judiciária; Educação; Previdência Social; Saúde; e Segurança Pública, portanto, refletindo a preocupação do governo em políticas distributivas através da ampliação de bens públicos e bens meritórios.

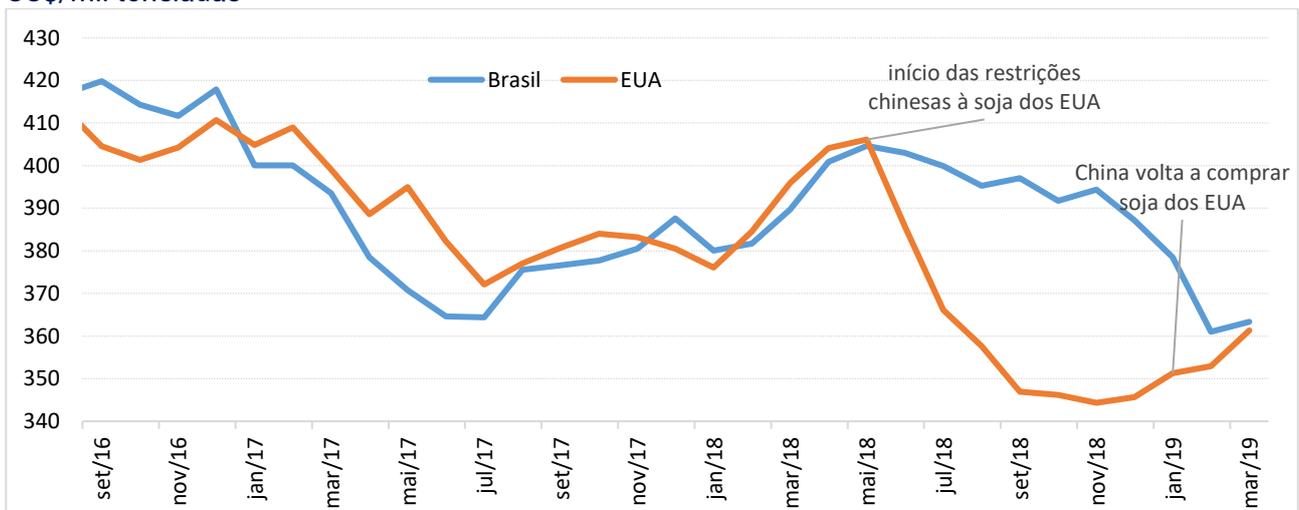
1. CENÁRIO INTERNACIONAL

Acirramento da disputa entre as duas maiores potências globais vem perturbando o comércio internacional

Como resultado da guerra comercial entre China e EUA¹, a empresa Google será obrigada a suspender, a partir de meados de agosto, parte do acesso da Huawei ao sistema operacional Android e a outros serviços desenvolvidos pela gigante do Vale do Silício, seguindo ordem do presidente estadunidense. A empresa chinesa, segunda maior no mercado de *smartphones*, afirma que desenvolverá seu próprio sistema operacional. O conflito foi apontado pela OCDE como principal responsável pelas expectativas negativas para a economia global. As estimativas de abril para o crescimento mundial caíram para 3,2% em 2019 (0,1 p.p. em relação a março), segundo o *Interim Economic Outlook*, da OCDE. A organização também prevê desaceleração de 0,9 p.p. no comércio global, que deve registrar crescimento 2,1% em 2019, devendo exercer impacto negativo sobre o comércio de *commodities*, preponderante na pauta de exportação brasileira e maranhense.

A China voltou a comprar soja estadunidense, cujo preço em queda havia se descolado do brasileiro. Segundo dados do Ministério da Economia, isto colaborou para a desvalorização de 8,4% da soja nacional de novembro/2018 a março/2019, período no qual o grão produzido pelos EUA se valorizou em 2,6%, segundo o Census Bureau (EUA). Um acordo em discussão entre as potências inclui compromissos pelos chineses de favorecer importações de produtos estadunidenses, fato que, consumado, acarretará em prejuízos aos setores brasileiros que competem com os EUA.

Gráfico 1 - Preço da soja exportada pelo Brasil e pelos EUA, de set/2016 até mar/2019. Valores em US\$/mil toneladas



Fonte: Comexstat/ME; USITC

Um surto de peste suína africana na China deverá reduzir em 30% a produção de carne de porco nesse país em 2019, segundo dados do Rabobank (Países Baixos), restringindo a demanda por grãos utilizados na alimentação animal. Os rebanhos devem tomar de três a cinco anos para se recuperarem. Está previsto um recuo anual, pela primeira vez em 15 anos, das importações de soja pela China, de 6,4% em (2018-19) e 19,3% (2019-20). Espera-se que, em 2019, a demanda por carne suína importada dobre no país, responsável por metade do consumo global.

As exportações brasileiras de produtos suínos de janeiro a abril de 2019 foram 5,5% superiores à média dos quatro anos anteriores, considerando-se o mesmo período. A participação da China como mercado consumidor dos suínos brasileiros, que representava em média 45,3% do total exportado pelo Brasil (2015-18), subiu para 55,1% no acumulado de 2019. O Maranhão ainda não atende a parte dessa demanda dada ausência de produtores com o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), indispensável

¹ Guerra comercial iniciada em maio de 2018, motivada inicialmente pelo *déficit* comercial bilateral contínuo dos EUA em relação à China. Veja mais na edição do terceiro trimestre de 2018 desta publicação, p.12.

para a exportação do produto. O Governo do Estado vem implementando políticas, como o Programa Mais Produção, que fomentem a obtenção de selos de inspeção, possibilitando expansão da comercialização.

Após mais de 20 anos de negociações, o Mercosul e a União Europeia chegaram a um acordo de associação que trata, dentre outras coisas, do comércio entre os países dos dois blocos. Para entrar em vigor, ainda é necessário que o tratado seja ratificado por cada país membro, o que pode levar mais de um ano.

Com períodos de transição de 10 a 15 anos, o referido acordo idealiza que 91% das importações do Mercosul vindas da UE tenham suas tarifas zeradas, ocorrendo o mesmo com 92% das importações europeias. Considerando as tarifas atuais e os diferenciais de produtividade, os setores produtivos brasileiros a serem mais beneficiados pela expansão do mercado são o agropecuário e o mineral e metálico. Por outro lado, o aumento da competição deve impactar negativamente, principalmente, os setores automobilísticos, maquinário, químico e farmacêutico, reduzindo a lucratividade e a viabilidade desse tipo de indústria no Brasil.

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. Cenário Político

A Reforma da previdência foi aprovada em primeiro turno, com alterações no texto-base, suavizando regras para policiais, professores e mulheres

Aprovada com folga em primeiro turno (379 votos a 131), a reforma da previdência segue para a votação em segundo turno, que ocorrerá a partir do dia 6 de agosto. Alguns pontos do texto-base foram alterados:

- No caso das mulheres, redução do tempo de contribuição necessário para atingir a integralidade do benefício, de 40 para 35 anos. Mulheres e homens tiveram reduzido o tempo mínimo para atingir 60% do benefício, de 20 para 15 anos;
- Na ausência de outra fonte de renda formal do dependente, a pensão por morte não poderá ser menor que um salário mínimo;
- Possibilidade de eventual lei infraconstitucional que permita que causas relacionadas ao INSS sejam processadas e julgadas na justiça estadual;
- Suavização da regra para as polícias federais, agentes penitenciários e socioeducativos federais e polícia civil do DF, com redução da idade mínima e tempo de contribuição;
- Para professores próximos de se aposentar, elegíveis para a regra de transição, houve redução de 5 anos na idade mínima.

O texto ainda pode mudar, visto que, no período até a segunda votação, podem ser propostos destaques, contanto que sejam apenas supressivos.

2.2. Nível de Atividades

2.2.1. Produto Interno Bruto

PIB do Brasil registra queda de 0,2% no 1º tri/2019 contra o trimestre anterior e projeções para 2019 apontam crescimento de 0,81%.

De acordo com os dados das contas trimestrais do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou queda de 0,2% no 1º trimestre de 2019, contra o trimestre anterior. Este é o primeiro resultado negativo nessa comparação, desde o 4º trimestre de 2016 (-0,6%).

Pela ótica da oferta, na Indústria (-0,7%), o efeito da recessão na Argentina, terceiro maior importador de produtos do país, contribuiu para uma queda nas exportações de manufaturados e na Indústria de Transformação no primeiro trimestre. Além disso, o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho e suas repercussões fizeram com que a Indústria Extrativa recuasse 6,3% no trimestre.

A Agropecuária registrou queda de 0,5% em relação ao trimestre anterior, ocorrida principalmente por conta de resultados ruins nas safras de soja, fumo e arroz. Já o setor de Serviços, que representa cerca de 70% do PIB do país, registrou alta de 0,2% no trimestre, influenciado principalmente pelo aumento da massa real de rendimento dos ocupados.

Diante desses resultados, a expectativa para o PIB do ano 2019 foi reavaliada pela 20ª vez consecutiva para baixo, com revisão reduzida para 0,81%, segundo o Boletim Focus de 12/07/2019, sendo que no início do ano o mercado esperava um crescimento de 2,53%. Destaca-se que as incertezas provenientes dos embates entre Executivo e Legislativo geraram dúvidas quanto à sustentabilidade fiscal. Soma-se a isso condicionantes externas, como a crise da Argentina, e estes repercutiram nas reavaliações para baixo do crescimento da economia brasileira.

2.2.2. Produção Industrial

A indústria brasileira apresentou queda de 2,3% no comparativo interanual do acumulado de janeiro a março de 2019, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física

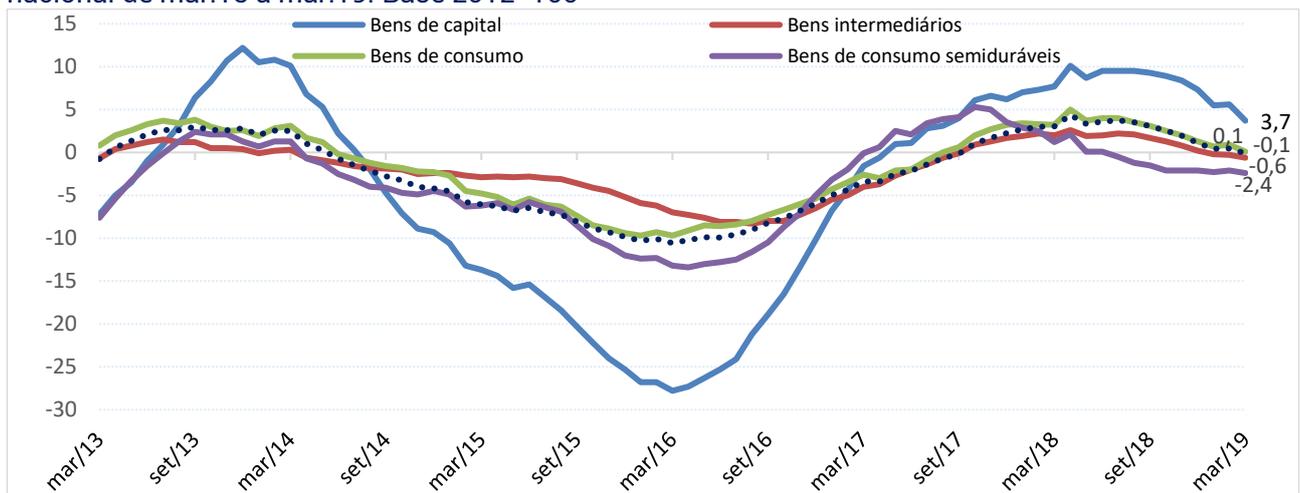
Considerando o acumulado de janeiro a março de 2019, a Indústria nacional apresentou recuo de 2,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre os subsetores da Indústria, o maior recuo foi observado na Indústria Extrativa (-7,7%). Por sua vez, na Indústria de Transformação (-1,5%), as atividades com maior diminuição de crescimento foram: *Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-12,7%) e *Impressão e reprodução de gravações* (-11,8%).

Considerando a variação mensal, a indústria brasileira apresentou queda de 1,3% em março de 2019, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), explicada principalmente por choques de demanda vindos de fatores externos como a crise argentina, que freou as exportações de automóveis.

Em relação a queda na variação mensal, houve recuos em 16 dos 26 ramos pesquisados pela PIM, sendo que as maiores perdas ocorreram no segmento Produtos alimentícios, Veículos automotores, reboques e carrocerias e Produtos derivados do petróleo e combustíveis que caíram 4,9%, 3,2% e 2,7%, respectivamente.

A produção de automóveis reduziu 6,6% em março na sua variação mensal, em um cenário de queda nas exportações de 2,9% no valor exportado e 3,7% em volume exportado, ambos em março na comparação com o mês anterior. O principal mercado cliente, que é a Argentina, vem reduzindo suas compras diante da grave crise econômica pela qual vem passando.

Gráfico 2 - Brasil: Evolução do acumulado dos últimos doze meses da produção industrial física nacional de mar.13 a mar.19. Base 2012=100



Fonte: PIM-PF/IBGE

No acumulado de 12 meses encerrados em março de 2019, a Indústria geral (-0,1%) apresentou ritmo de crescimento abaixo do registrado no comparativo anterior (+2,8%). Dentre as categorias econômicas da indústria, os bens de consumo semiduráveis apresentaram recuo de 2,4% na mesma base de comparação.

O fraco desempenho da produção física da Indústria em março aumentou o pessimismo dos seus empresários. Segundo o Índice de Confiança da Indústria-ICI, medido pela Fundação Getúlio Vargas-

FGV, houve recuo de 1,8 p.p. em março na comparação com o mês anterior, alcançando 97,2 pontos com ajuste sazonal, sendo este o seu menor nível desde dezembro de 2018.

2.2.3. Comércio

No Brasil o varejo ampliado cresceu 2,5%, no acumulado de janeiro a abril de 2019, conforme a PMC do IBGE

Conforme a Pesquisa Mensal do Comércio, no acumulado de 12 meses até abril de 2019 frente ao mesmo período anterior, houve avanço de 3,5% no volume de vendas do varejo ampliado², contudo o indicador demonstra arrefecimento ao longo de 2019. Os segmentos que mais contribuíram para este avanço foram *Veículos, motos, partes e peças* que subiu 10,6%, e *Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo* que cresceu 2,0% neste mesmo comparativo. Em relação ao acumulado de janeiro a abril de 2019, foi registrado 2,5% de crescimento em volume de vendas em relação ao mesmo período de 2018.

Tabela 1 - Brasil: Volume de Vendas do Comércio Varejista e Comércio Varejista Ampliado, segundo as atividades de divulgação em abril de 2019. Base 2014=100

Atividades	Variação Mensal % (*)			Abr/19 (**)	Acum. ano (%)	12 meses %	Participação no Varejo ampliado %
	Fev.19	Mar.19	Abr.19				
Comércio Varejista Ampliado (i+ii+iii)	-0,5	1,1	0,0	3,1	2,5	3,5	100,0
Veículos, motocicletas, partes e peças (i)	-0,1	4,3	0,2	6,9	7,9	10,6	24,2
Material de construção (ii)	0,3	2,4	1,4	4,1	3,7	2,7	8,9
Comércio Varejista Restrito (iii)	-0,1	0,1	-0,6	1,7	0,6	1,4	-
Combustíveis e lubrificantes	-0,4	-0,8	0,3	-3,6	-0,9	-3,9	8,3
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	-0,9	-0,7	-1,8	1,6	-0,3	2,0	30,5
Tecidos, vestuário e calçados	5,3	-3,1	-5,5	-3,2	-0,2	-0,6	6,2
Móveis e eletrodomésticos	0,0	0,4	1,7	-0,1	-1,4	-2,5	7,4
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	0,4	1,1	-0,7	3,8	6,1	5,8	5,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,4	-3,7	4,3	-25,6	-28,7	-23,2	0,6
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	1,7	2,6	-8,0	-10,5	0,2	-0,4	0,9
Outros art. uso pessoal e doméstico	1,0	0,8	-0,4	13,4	6,4	7,1	7,8

Fonte: PMC, IBGE. **Variação interanual

Observando o desempenho do Comércio Varejista Ampliado de abril de 2019 em relação ao mês anterior, verifica-se que o segmento Equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação (-8,0%) registrou a maior perda em volume de vendas, seguido dos segmentos de Tecidos, vestuário e calçados (-5,5%) e Hipermercados e Supermercados (-1,8%). O segmento de Hipermercados e Supermercados foi impactado, também, pela alta de 0,63% no preço de alimentos e bebidas, segundo dados do IPCA no mês de abril de 2019.

Por outro lado, verificou-se que as altas mensais registradas no volume de vendas de 4,3% de *Livros, jornais e revistas*, de móveis e eletrodomésticos (1,7%) e de materiais de construção (1,4%) contribuíram para equilibrar o resultado do mês no varejo ampliado. Soma-se a isso, o segmento de *Veículos, motocicletas, partes e peças*, que subiu 0,2% em abril deste ano quando comparado a abril de 2018.

² Varejo Restrito abrange os itens:

Combustíveis e Lubrificantes; Hipermercados e Supermercados; Tecidos, vestuário e calçados; Móveis e eletrodomésticos; Artigos Farmacêuticos, médicos e odontológicos, perfumaria e cosméticos; Livros, jornais, revistas e artigos de papelaria; Equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico.

Varejo Ampliado abrange os itens:

Veículos, motos, partes e peças; Materiais de construção; e todos os segmentos do Varejo Restrito.

A manutenção, no mês de abril, da tendência de declínio das vendas do varejo ampliado no Brasil segue influenciada pelo fraco desempenho do mercado formal de trabalho, somado ao grande número de pessoas desocupadas ou em ocupações precárias. O mercado de trabalho formal registrou saldo 12% menor no primeiro quadrimestre de 2019, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, e a massa de rendimentos salarial registrou diminuição de 0,2% no trimestre móvel de março a maio de 2019, no comparativo contra o trimestre anterior.

A inadimplência subiu 2% e alcançou 62,6 milhões de brasileiros em abril de 2019 comparado a abril de 2018, conforme apontam CNDL/SPC Brasil

No cenário nacional, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) indicou inadimplência 2% maior em abril deste ano, na comparação com abril do ano passado. Apesar do agravamento, o número de pessoas endividadas cresceu em ritmo menor que o visto em meses anteriores.

Atualmente, são 62,6 milhões de brasileiros endividadados, mas em contraposição ao elevado número de inadimplentes (40% da população adulta), a componente quantidade de dívidas por pessoa caiu 1,23% de abril de 2019 contra abril de 2018. (Gráfico 3)

A maior parte da concentração das dívidas se encontra nos bancos que representam 52% do total das dívidas, englobando produtos bancários como cartão de crédito, cheque especial, financiamentos e empréstimos. As dívidas concentradas no comércio respondem por 17% do total das dívidas.

Gráfico 3 - Brasil: Variação interanual (%) de devedores e das dívidas no Brasil de abr.14 a abr.19



Fonte: CNDL/SPC Brasil

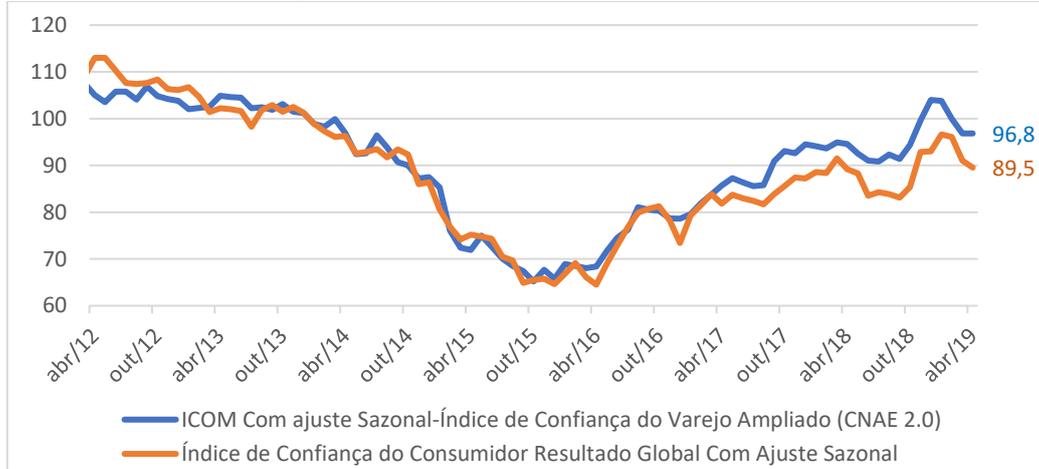
A pesquisa de inadimplência ainda estima a faixa etária de 30 a 39 anos como aquela que concentra 51% dos devedores, somando, aproximadamente, 17,7 milhões de brasileiros. Estes dados se justificam pelo aumento dos gastos das famílias com mensalidade e material escolar, impostos e demais encargos.

O Índice de Confiança do Consumidor e o Índice de Confiança do Varejo Ampliado seguem em patamar pessimista em abril

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que capta a percepção das famílias no tocante a relação entre o orçamento pessoal e a situação geral da economia, recuou 1,64% em abril deste ano em relação ao mês anterior, caindo pelo terceiro mês consecutivo. Esta queda também sinaliza menor disposição das famílias em elevar seus gastos com consumo, em face de sua insegurança em relação ao cenário futuro da economia, posto que as expectativas futuras dos consumidores caíram 2,6% em abril de 2019.

Em relação ao Índice de Confiança do Varejo Ampliado (ICOM), que tem como objetivo analisar a visão do empresário do comércio sobre o volume da demanda atual, situação atual dos negócios e expectativas sobre vendas, o indicador manteve em abril de 2019 a mesma pontuação do mês anterior, o menor nível desde outubro de 2018.

Gráfico 4 - Brasil: Variação Mensal dos indicadores ICOM e ICC de abr.12 a abr.19



Fonte: FGV

A evolução negativa do ICOM aponta para a fraca expectativa empresarial neste momento em que o volume de vendas do varejo ampliado vem perdendo ritmo, o que torna o atual momento menos propício para novos investimentos em estoque, segundo dados desta pesquisa. Esta sondagem empresarial ainda indica piora no ambiente de negócios, com recuo de 3% nas expectativas empresariais relacionadas ao cenário econômico para os próximos seis meses (Gráfico 4)

O cenário de desempenho no mercado de trabalho formal que apresentou diminuição das contratações líquidas em relação ao acumulado de janeiro a abril de 2018, que aliado a um nível alto de inadimplência também refletiram negativamente nos indicadores de confiança.

2.2.4. Inflação

Inflação: reajustes nos preços de medicamentos, oscilações de preço nos combustíveis e fatores sazonais dos alimentos in natura impactaram no crescimento do IPCA em abril (+0,57%)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou aumento de 0,57% em abril, menor quando comparado a março (0,75%). No ano, a inflação oficial acumula alta de 2,09%, acima do 0,92% registrado em igual período de 2018.

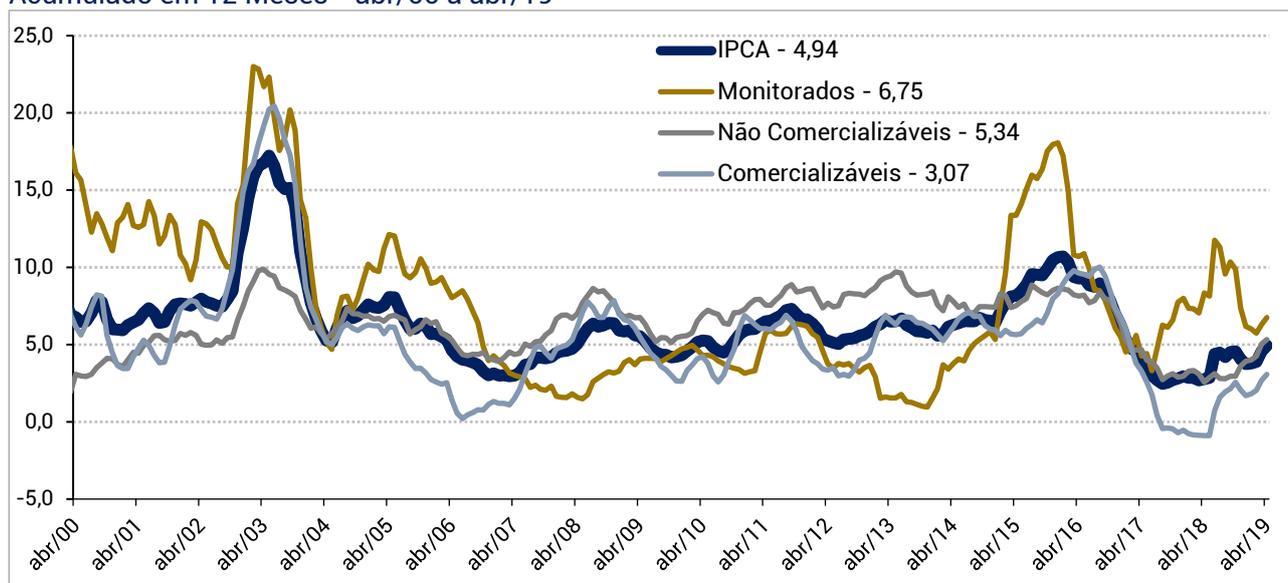
Em abril, os grupos *Saúde e cuidados pessoais*, *Transportes* e *Alimentos*, foram os que mais afetaram a variação no IPCA, sendo que a variação destes três grupos correspondeu a 89% do índice do mês. O grupo *Saúde e cuidados pessoais* foi o principal destaque no período, ao aumentar 1,51% ante março. Esse grupo foi responsável por acrescentar 0,18 p.p. no IPCA. Somado a isso, a variação positiva no grupo *Transportes* (+0,94%) contra o mês anterior, além do grupo *Alimentos* que cresceu 0,67%, contribuiu para a alta no índice geral.

- Dentro de *Saúde e cuidados pessoais*, o principal impactante foi o item *Produtos farmacêuticos*, que terminou o mês com aumento de 2,25% em abril, após sofrer redução de -0,13% em março. Impactou o IPCA, adicionando 0,07 p.p. no resultado do mês, contribuindo para a variação positiva do grupo *Saúde e cuidados pessoais*.

- A pressão inflacionária neste setor é reflexo do ajuste de preços dos medicamentos anunciado pelo Governo, com um teto de 4,33% para os reajustes.

- Dentro de *Transportes*, o principal impactante foi o item *Combustíveis* (+2,19%), sendo este o de maior impacto no IPCA, com 0,12 p.p. Por sua vez, o produto que mais influenciou nesse item foi a *Gasolina* (+2,66%).
- Dentro de *Alimentos*, o principal impactante foi o item *Tubérculos, raízes e legumes* (+11,19%), com o segundo maior impacto sobre o IPCA com 0,10 p.p.. O produto responsável por esse aumento foi o *Tomate* (+28,64%), como resultado de fatores sazonais, com as chuvas e o calor afetando a produção, reduzindo a oferta e gerando pressão no nível de preços.

Gráfico 5 - Brasil: Evolução do IPCA; Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - abr/00 a abr/19



Fonte: IPCA/IBGE

Levando em consideração a estrutura de pesos do IPCA/IBGE para abril de 2019 em São Luís, os produtos farmacêuticos, o tomate e a gasolina representam 9,5% na cesta total de bens, o que evidencia que variações nesses produtos afetam significativamente a parcela da renda destinada ao consumo.

O primeiro quadrimestre do ano de 2019 tem mostrado uma inflação controlada. Os choques de preços ocorreram principalmente por alimentos e combustíveis. O primeiro semestre é um período de grande sazonalidade devido ao impacto das chuvas e do calor no preço dos alimentos *in natura*. Espera-se uma inflação controlada para o ano, com expectativas de manutenção do ritmo inflacionário. Entretanto o cenário benigno para inflação pode ser impactado através da taxa de câmbio, com uma acentuação da guerra comercial.

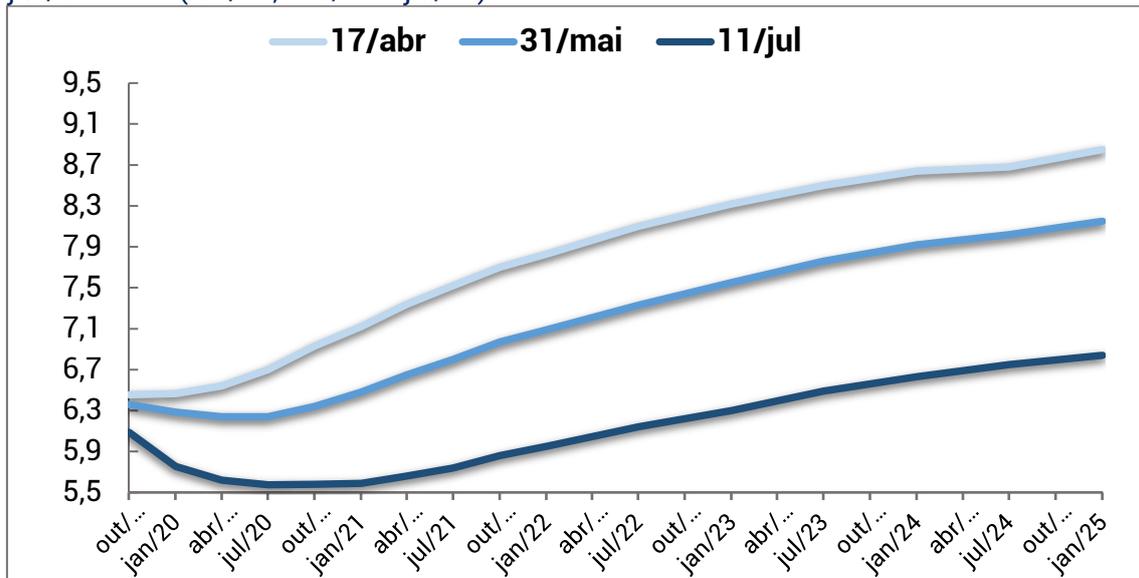
Juros: Em conformidade com as expectativas do mercado, o COPOM decidiu pela manutenção da SELIC em 6,5%

Os juros futuros apontam decréscimo no curto prazo e elevação a partir de janeiro de 2021. Nesse período, a diferença entre as curvas do dia 11 de julho e 31 de maio chega a ser 106 pontos base (pb).

Em conformidade com as expectativas do mercado, na 4ª reunião do ano, o COPOM³ decidiu pela manutenção da SELIC em 6,5%, pela décima vez consecutiva. A manutenção da mínima histórica da taxa básica de juros da economia, iniciada em março de 2018, persiste devido a continuidade do arrefecimento da atividade econômica. A ociosidade dos fatores de produção e o patamar da taxa de desocupação indicam o baixo nível de atividade.

³ O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic.

Gráfico 6 - Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre out/19 e jan/25 em %. (abr/19, mai/19 e jul/19)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA

De acordo com o Banco Central, a atual taxa de juros dita uma política monetária estimulativa, abaixo da taxa estrutural.⁴ Para Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, as reformas fiscais são de extrema importância para recuperação da atividade econômica⁵.

- As expectativas para o curto prazo se intensificaram para a redução do atual patamar da taxa de juros de 6,5%, as expectativas para os juros no longo prazo também são reduzidas continuamente.
- As imprecisões oriundas do cenário externo, principalmente da guerra comercial entre China e EUA, geraram incertezas quanto ao comportamento da taxa de câmbio. Destaca-se que a moeda americana atingiu, no dia 16 de maio, R\$ 4,10/US\$, maior alta desde setembro de 2018.
- O Banco Central registrou saldo negativo de R\$ 423 milhões no mês de maio até o dia 10, resultante das operações de swap⁶ cambial. O resultado acumulado no ano registra saldo negativo de R\$ 1,898 bilhão. Isso se dá mediante a perda de valor do real frente ao dólar.

De acordo com o Banco Central, a política monetária praticada exige cautela, embora o cenário interno seja comportado, com deterioração das expectativas de retomada da atividade econômica, o cenário externo é desafiador, movido pela guerra comercial. A possibilidade de corte na taxa de juros esperada pelo mercado é fortalecida por um cenário com baixa aceleração da inflação, acentuação da ociosidade dos fatores de produção e corte na taxa básica de juros praticada nos EUA.

2.3. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.3.1. Balanço de Pagamentos

O Déficit corrente registrou diminuição, atenuado pelas rubricas Serviços e Rendas, apesar de queda no superávit comercial

O Brasil registrou *déficit* corrente de US\$ 8,2 bilhões no acumulado de janeiro a abril de 2019, uma melhora de US\$ 0,8 bilhão, comparada ao mesmo período do ano passado. Houve queda de 18,4% no déficit na balança de serviços e de 7,6% na renda primária, resultado de aumento na renda de investimentos brasileiros no exterior, além da queda de lucros auferidos por investidores estrangeiros no país. Isto se deu apesar da queda de 15,3% no superávit comercial de bens.

⁴ A taxa estrutural de juros, ou taxa neutra, é aquela que promove efeito estimulativo na atividade econômica sem, necessariamente, impactar fortemente o nível de preços.

⁵ Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/6258627/campos-neto-acertando-trajetoria-fiscal-atividade-tera-recuperacao>>

⁶ O objetivo dessas operações é prover "hedge" cambial – proteção contra variações excessivas da moeda americana em relação ao real. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/swapcambial>>.

Tabela 2 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2019* (US\$ milhões)

Discriminação	2018	Até abril		Var. % 19*/18*
		2018*	2019*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-12.900,54	-9.000,9	-8.175,8	9,2
Balança Comercial (Bens e Serviços)	15.864,75	2.828,0	2.647,3	-6,4
Balança Comercial - Bens	43.832,30	11.019,8	9.335,0	-15,3
Balança Comercial - Serviços	-27.967,55	-8.191,9	-6.687,7	18,4
Renda Primária	-30.905,47	-12.425,7	-11.457,1	7,6
Renda Secundária	2.140,19	576,8	633,9	9,9
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	- 7.540,74	-7.381,7	-6.327,2	14,3
Conta Capital	401,46	109,8	98,1	-10,7
Conta Financeira	- 7.942,20	-7.491,5	-6.425,3	14,2
Investimento Direto (IDE-IDP)	-60.677,88	-17.860,0	-15.269,8	14,5
Investimento Direto no Exterior	8.411,80	3.062,3	5.841,5	90,8
Investimento Direto no País	69.089,68	20.922,4	21.111,3	0,9
Investimento em Carteira	787,03	303,8	-7.084,3	-2.431,9
Outros Investimentos	38.172,17	2.976,4	8.662,8	191,1
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-2,3	-1,5	-1,4	6,7
RESERVAS INTERNACIONAIS	374.715	385.341,8	385.553,0	0,1

Fonte: Banco Central do Brasil. *1º quadrimestre

A queda do *déficit* corrente brasileiro reduz o risco cambial do país, trazendo maior confiabilidade para a moeda e amenizando a necessidade de financiamento externo. Um câmbio mais estável também favorece o investimento externo para o Maranhão e o resto do Brasil.

2.3.2. Commodities

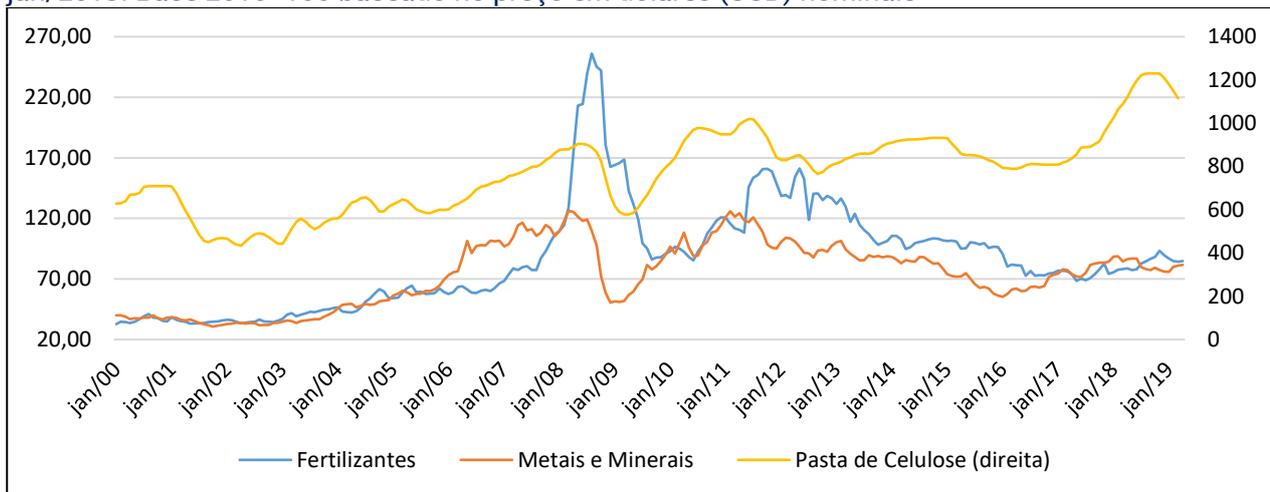
Cotação de *commodities*: puxado pelo milho (-2,8%), óleo de palma (-2,8%) soja (-2,6%), óleo de soja (-2,2%), trigo (-1,5%) e farelo de soja (-0,9%), o índice de *commodities* alimentícias apresentou queda de 0,3% entre março e abril/2019.

A cotação da soja continua caindo em 2019 devido à grande produção mundial da *commodity*, destacando-se a do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos, este último com estoque recorde. Apesar de mantidas as expectativas de que a oferta não cresça no mesmo ritmo do ano passado, o arrefecimento da demanda, dada a guerra comercial e a queda na produção de suínos na China, continua pressionando o preço para baixo. Caso a tendência se mantenha, o produtor maranhense de soja pode esperar queda na receita, mas a soja ainda se mantém mais rentável que grãos como o milho. Vale ressaltar que o nível de demanda chinesa por soja torna quase impraticável considerar que possa ocorrer relevante redirecionamento da produção para o mercado doméstico. Diferentemente do milho, a soja produzida no estado vai, em quase sua totalidade, para exportação.

Em relação à *commodity* pasta de celulose⁷, após valorização expressiva desde 2017, causada pelo fechamento de grandes produtoras globais e alavancagem financeira do setor, a cotação apresenta tendência de queda em 2019. A *commodity* registrou preço de US\$ 1.115/mt (mil toneladas) em abril/2019, 2,9% menor que o mês anterior, porém ainda em alta em relação a abril/2018. Vale ressaltar que, no acumulado de jan-abr de 2019, os municípios de Barra do Corda e Bom Jesus das Selvas tiveram os maiores saldos de empregos formais em atividades de produção florestal – florestas plantadas.

⁷ Apesar de ser uma *commodity* classificada como matéria prima, a pasta de celulose não compõe o índice de matérias primas do Banco Mundial, mas, devido à expressividade na pauta exportadora brasileira e maranhense, torna-se relevante relatar o avanço da mercadoria no mercado internacional.

Gráfico 7 - Índice de Laspeyers para a cotação internacional das commodities minerais metálicas (exceto metais preciosos), fertilizantes e evolução do preço da pasta de celulose¹ de jan/2000 até jan/2019. Base 2010=100 baseado no preço em dólares (USD) nominais



Fonte: Banco Mundial; ¹INSEE,NBSK index

Para as *commodities* metálicas e minerais⁸, o índice subiu 0,6% em abril/2019, atingindo o valor mais alto desde junho/2018, impulsionado pela alta de 8,4% no minério de ferro, que atingiu o maior patamar desde julho/2014. A cotação da *commodity* ainda é influenciada pelo efeito das paralizações na produção da Vale por riscos de rompimentos em barragens. A siderurgia maranhense se beneficia da situação, como discutido na próxima sessão.

2.3.3. Balança Comercial

A Balança Comercial Brasileira registrou saldo de US\$ 16,4 bilhões no 1º quadrimestre de 2019, valor 9,8% menor que o registrado no mesmo período do ano passado.

Na Balança Comercial Brasileira, foi registrado saldo de US\$ 16,4 bilhões no 1º quadrimestre de 2019. O valor foi 9,8% menor que o registrado no mesmo período do ano passado, causado por uma queda nas exportações maior que a queda nas importações. Assim, as exportações atingiram US\$ 72,1 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 55,8 bilhões. A queda de vendas de bens de consumo (-13,2%) foi a principal responsável pela redução nas exportações brasileiras.

Tabela 3 - Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2015 até 2019* valores em US\$ milhões e variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação (US\$ mi)	Importação (Var %)	(A+B) Saldo (US\$ mi)	(A-B) Corrente Comercial (US\$ mi)	Corrente Comercial (Var %)
2015	190.971	-15,1	-171.459	-25,2	19.512	362.430	-20,2
2016	185.232	-3,0	-137.586	-19,8	47.683	322.787	-10,9
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	368.489	14,2
2018	239.889	10,2	-181.231	20,2	58.659	421.120	14,3
2018*	74.380	-	-56.215	-	18.165	130.595	-
2019*	72.149	-3,0	-55.765	-0,8	16.384	127.914	-2,1

Fonte: Ministério da Economia; *1º quadrimestre

Destaca-se também a queda de 1,9% na categoria bens intermediários, que correspondem a mais de metade de nossa pauta. Esta redução se concentrou em *peças e acessórios para bens de capital* (-9,4%) e em *insumos industriais* (-2,2%). As exportações de Bens de capital totalizaram US\$ 6,0 bilhões, uma queda de 10,2%, concentrada nos *equipamentos de transporte de uso industrial* (-17,4%). Apenas combustíveis e lubrificantes apresentaram resultado positivo (7,9%), totalizando US\$ 10,0 bilhões exportados.

⁸ Aqui são analisadas as cotações de alumínio, cobre, minério de ferro, chumbo, níquel, estanho e zinco.

Nas exportações, os principais produtos manufaturados vendidos pelo Brasil no acumulado até abril/2019 foram aviões (US\$ 1,3 bilhão), plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc. (US\$ 1,3 bilhão); automóveis de passageiros (US\$ 1,2 bilhões) e óleos combustíveis (US\$ 0,9 bilhão). Em produtos semimanufaturados, o crescimento deu-se principalmente em vendas de celulose (US\$ 3,0 bilhões), produtos semimanufaturados de ferro ou aço (US\$ 1,7 bilhão), açúcar de cana, em bruto (US\$ 1,1 bilhão) e ferro-ligas (US\$ 1,0 bilhão). Por fim, em produtos básicos, as principais exportações foram: soja mesmo triturada (US\$ 9,6 bilhão); óleos brutos de petróleo; (US\$ 8,2 bilhões); minérios de ferro e seus concentrados (US\$ 5,7 bilhão), carne de frango (US\$ 1,9 bilhão); farelo e resíduos da extração de óleo de soja (US\$ 1,9 bilhões); carne de bovino (US\$ 1,7 bilhão), café cru em grão (US\$ 1,6 bilhão) e milho em grão (US\$ 1,2 bilhão).

Já na via das importações, a maior queda se deu nos combustíveis e lubrificantes, em torno de 10,3%, totalizando US\$ 6,4 bilhões importados. Bens de consumo duráveis caíram 16,4%, totalizando US\$ 1,7 bilhões importados. Por outro lado, houve aumento de 2,4% nas importações de bens de capital, totalizando US\$ 8,2 bilhões, crescimento concentrado nos equipamentos de transporte industrial em 19,4%.

- Os valores obtidos em óleos brutos de petróleo (+14,1%) e óleos combustíveis (+0,04%) representam menos que o aumento no volume exportado (+18,2% e +11,3%, respectivamente), resultado da queda internacional dos preços dos produtos. Situação similar ocorre com a soja, com a carne de bovino e com o café, cujos valores exportados cresceram 2,9%, 5,9% e 9,1% respectivamente, enquanto os volumes exportados cresceram 12,0%, 14,6% e 32,1% respectivamente.

- Por outro lado, o aumento do preço da carne de frango fez subir suas exportações em 3,4% em valor, apesar do volume exportado ter caído em 0,2%. O volume exportado (-6,8%) de minério de ferro também caiu, em maior intensidade que a queda da receita com a *commodity* (-4,3%). O efeito preço também favoreceu a receita com exportações de milho, cujo valor obtido subiu em 54,8%, frente ao aumento de 40,9% no volume exportado.

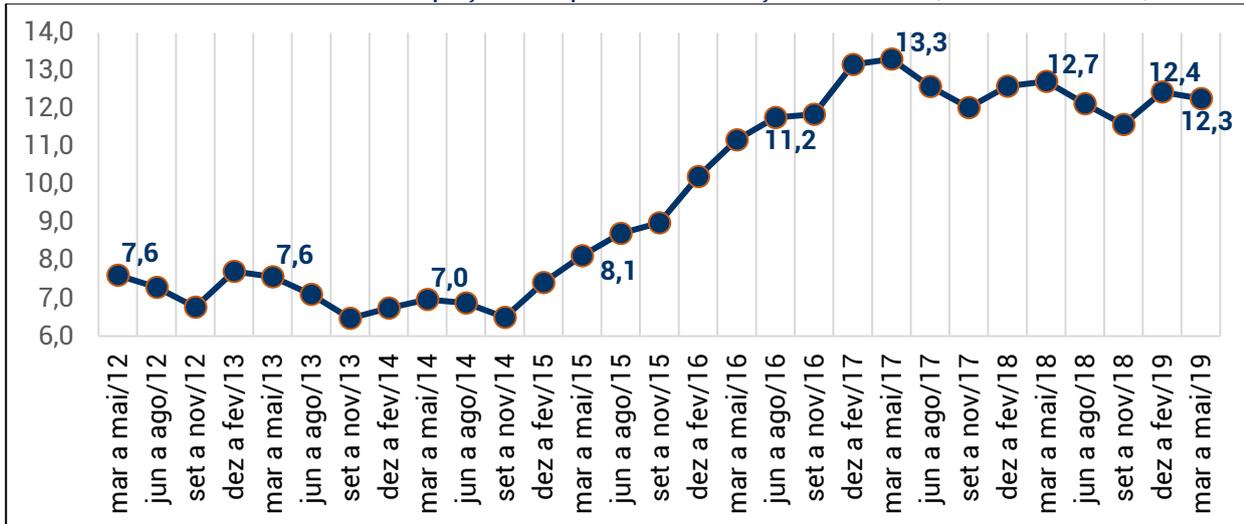
- Nas importações, os principais produtos manufaturados adquiridos pelo Brasil no acumulado até abril/2019 foram: aparelhos transmissores ou receptores e componentes (US\$ 2,4 bilhões); medicamentos para medicina humana e veterinária (US\$ 2,2 bilhões); plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc. (US\$ 2,1 bilhões); e óleos combustíveis (US\$ 1,7 bilhão). Em produtos semimanufaturados, o crescimento deu-se principalmente em aquisições de catodos de cobre (US\$ 0,4 bilhões) e alumínio bruto (US\$ 0,2 bilhão). Por fim, em produtos básicos, as principais compras foram em: óleos brutos de petróleo; (US\$ 1,3 bilhão); trigo em grãos (US\$ 0,6 bilhão); e gás natural (US\$ 0,4 bilhão).

2.4. Mercado de Trabalho

Taxa de desocupação recua para 12,3% no trimestre móvel de março a maio de 2019

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, no trimestre móvel de abril a maio de 2019, a taxa de desocupação chegou a 12,3% (Gráfico 8) permanecendo estável em relação ao trimestre anterior (12,4%) e caindo 0,4 p.p na comparação com o mesmo trimestre de 2018 (12,7%). No que se refere ao contingente, a população desocupada (13 milhões de pessoas) permaneceu estatisticamente estável tanto frente ao trimestre anterior quanto em relação ao comparativo interanual. Já o número de subutilizados foi o maior desde 2012, chegando a 28,5 milhões de pessoas. O aumento na quantidade de pessoas subutilizadas foi puxado por outros dois recordes, de 7,2 milhões de subocupados e de 4,9 milhões de desalentados.

Gráfico 8 - Brasil: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, de 2012 a 2019, em %



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE

Apesar dos resultados negativos mencionados, a queda da taxa de desocupação está associada ao aumento do número de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (Tabela 4), que foi o maior da série histórica da PNAD Contínua. Foram 92,9 milhões de trabalhadores no trimestre encerrado em maio, uma alta de 2,6% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

Ressalta-se que, no incremento de 1,1 milhão de ocupados de um trimestre para o seguinte, mais da metade (582 mil) se classificaram como subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

Empregados sem carteira e conta própria impulsionam a ocupação no país

O crescimento na ocupação também está associado a informalidade no mercado de trabalho. Apesar do aumento do emprego com carteira na comparação com o mesmo período de 2018, as posições que trouxeram maior variação positiva da população ocupada são os sem carteira e os conta própria.

De acordo com a pesquisa, foram 24 milhões de trabalhadores por conta própria, o maior contingente da série histórica, crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Destaca-se que os conta própria sem CNPJ aumentaram em 768 mil na comparação com o mesmo período do ano anterior e representam 80,2% da categoria. Já os empregados sem carteira assinada chegaram a 15,7 milhões, um aumento de 3,1% frente ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 4 - Brasil: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2018 a 2019

Posição na ocupação	Trimestre			Variação Interanual	
	mar a mai 2018 (a)	dez a fev 2019	mar a mai 2019 (b)	Absoluta (b-a)	Relativa (b/a, em %)
Total - Brasil	90.586	91.880	92.947	2.361	2,6
Empregados formais e Serv.Públicos	45.944	46.045	46.534	590	1,3
Empregados s/ Carteira	15.328	15.456	15.798	470	3,1
Empregadores	4.333	4.523	4.422	89	2,1
Conta Própria	22.863	23.711	24.033	1.170	5,1
Trabalhador familiar auxiliar	2.118	2.145	2.160	42	2,0

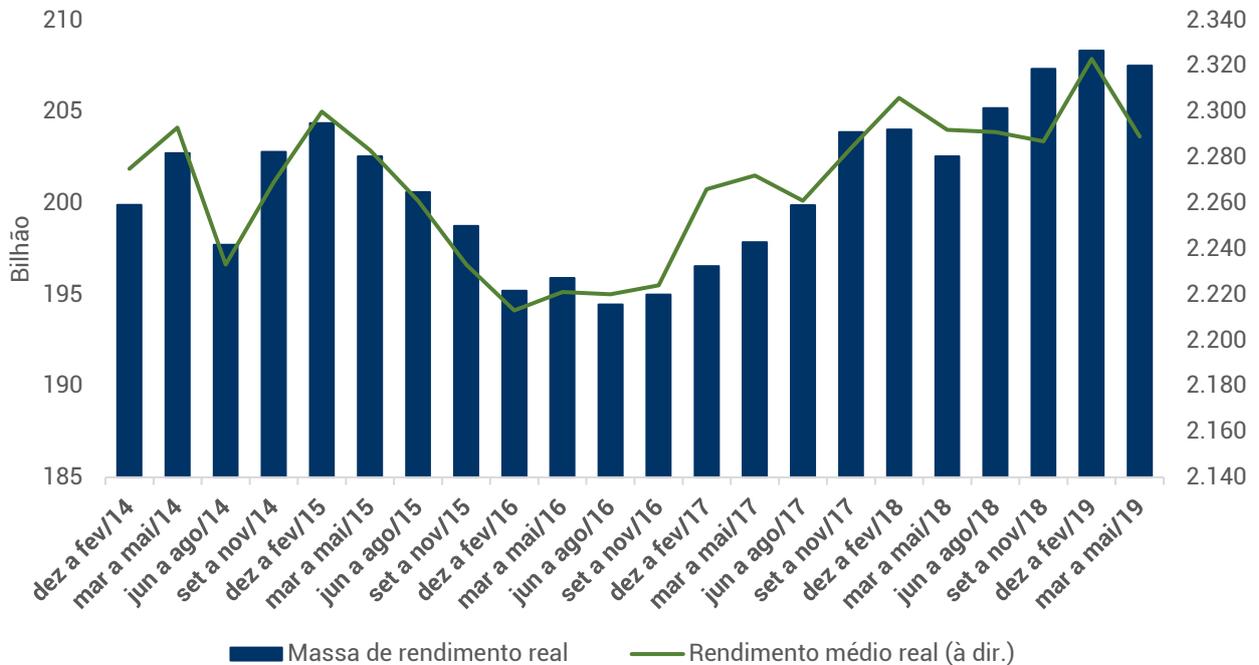
Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; Trimestre Móvel: março, abril e maio de 2019

Apesar da alta da ocupação, rendimento médio se manteve estável no comparativo interanual

Outro resultado apontado pela pesquisa foi o rendimento médio do trabalhador, que ficou em R\$ 2.289 (Gráfico 9), o que representa uma queda de 1,5% na comparação com o trimestre anterior e

estabilidade frente ao mesmo período do ano passado. Por conseguinte, apesar do aumento do número de ocupados, houve queda da renda por trabalhador no comparativo interanual. A resposta para essa aparente contradição está na natureza das ocupações geradas que, conforme mencionado, foi impulsionada pela informalidade e por subocupados, que em geral recebem remuneração abaixo da auferida na esfera formal, pressionando para baixo a média dos rendimentos.

Gráfico 9 - Brasil: Rendimento Médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), de 2012 a 2019, inflacionados pelo IPCA a preços de abr/19



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE; Trimestre Móvel: março, abril e maio de 2019

Em relação a massa real de rendimentos, que atingiu R\$ 207,5 bilhões, foi verificada estabilidade frente ao trimestre anterior e um acréscimo de 2,4% (R\$ 4,9 bilhões) no comparativo interanual.

No resultado acumulado de janeiro a maio de 2019, Brasil perde 57,2 mil postos de trabalho em relação a 2018. Comércio permanece em baixa

Segundo dados do CAGED, o emprego formal brasileiro apresentou resultado positivo para o mês de maio de 2019 de 32,1 mil contratações líquidas (Tabela 5), consequência de 1.347.304 admissões e 1.315.164 desligamentos. No que concerne ao resultado acumulado de janeiro a maio de 2019, foi registrado saldo positivo de 351 mil empregos, todavia, superado em 57,2 mil postos quando comparado ao mesmo período de 2018.

Considerando a abertura setorial, a maioria dos setores apresentaram saldo positivo, com destaque para Serviços (+244,2 mil) e a Indústria de Transformação (+80,4 mil), que lideraram em geração de postos com carteira assinada. O Comércio (-86,1 mil) foi o único setor que apresentou resultado negativo em 2019.

Tabela 5 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, em 2018 e 2019*, saldo mensal; Variação Absoluta

Setores de Atividade	Acumulado		Maio		Variação absoluta (b-a)
	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
Total	408.335	351.063	33.659	32.140	-57.272
Extrativa mineral	1.278	2.802	230	627	1.524
Ind. de Transformação	97.832	80.409	-6.464	-6.136	-17.423
SIUP ¹	4.084	891	555	-415	-3.193
Construção civil	42.890	43.118	3.181	8.459	228
Comércio	-70.972	-86.147	-11.919	-11.305	-15.175
Serviços	288.569	244.271	18.577	2.533	-44.298
Administração pública	14.803	15.171	197	1.004	368
Agropecuária	29.851	50.548	29.302	37.373	20.697

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até maio (ajustado até abril). ¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública

2.5. Finanças Públicas

O déficit primário do Governo Central no acumulado de janeiro a maio de 2019 foi de R\$17,3 bilhões e a meta para o final do ano é de R\$139,0 bilhões

O resultado primário do Governo Central registrou um *déficit* de R\$17,3 bilhões no período de janeiro a maio de 2019. Tal resultado representa uma piora de 9,3% em relação a igual período do ano anterior, cujo *déficit* foi correspondente a R\$15,8 bilhões.

O comparativo entre os dois períodos em tela evidencia que tal resultado é reflexo da baixa capacidade de arrecadação do governo, que apresentou um crescimento real da receita total de apenas 0,6% e da receita líquida de apenas 0,5%. A despesa total, por sua vez, apresentou redução de 0,9% no comparativo interanual.

Tabela 6 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central em maio de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a maio de 2018 e 2019, em R\$ milhões constantes de maio de 2019 corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e variação absoluta

Descrição	2018	Maio				Acumulado (janeiro - maio)			
		2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
I. Receita Total	1.539.911,64	118.015,9	118.321,2	0,3	305,3	654.286,35	658.211,48	0,6	3.925,1
II. Transf. por repartição de receita	266.371,33	26.149,3	27.527,8	5,3	1.378,5	114.658,97	121.430,87	5,9	6.771,9
III. Receita Líquida (I-II)	1.273.540,31	91.866,6	90.793,4	-1,2	-1.073,2	539.627,38	536.780,60	-0,5	-2.846,8
IV. Despesa Total	1.401.476,76	107.070,1	105.533,4	-1,4	-1.536,7	559.144,74	554.110,83	-0,9	-5.033,9
V. Fundo Soberano do Brasil	4.201,50	3.663,0	0,0	-100,0	-3.663,0	3.663,04	0,00	-100,0	-3.663,0
V. Primário do Governo Central	-123.734,95	-11.540,5	-14.740,0	27,7	-3.199,5	-15.854,33	-17.330,23	9,3	-1.475,9
VII. Resultado Primário/PIB	-1,7	-2,0	-2,5	-	-	-0,5	-0,6	-	-
Resultado Previdência Social (RGPS)	-202.429,90	-	-14.917,99	-5,6	880,3	-80.582,75	-80.672,65	0,1	-89,90

Fonte: STN

No que tange ao resultado das receitas, é importante destacar que a Receita Total apresentou um aumento de R\$3,9 bilhões, em termos reais, no comparativo interanual. As rubricas que mais contribuíram para esse resultado foram: o aumento da Arrecadação Líquida para o Regime Geral da Previdência Social-RGPS (+R\$4,0 bilhões); e o aumento das Receitas não Administradas pela Receita Federal do Brasil-RFB (+R\$3,9 bilhões).

A análise desagregada da Receita Administrada pela RFB evidencia que houve um aumento da arrecadação do Imposto de Renda (IR) em 4,9% (+R\$8,7 bilhões); do Imposto de Importação (II) em 6,4% (+R\$1,0 bilhão) – influenciado pela desvalorização cambial; e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em 5,4% (+R\$826,7 milhões). Por outro lado, os tributos relacionados ao desempenho da atividade econômica apresentaram queda acentuada no comparativo interanual: -12,0% do IPI (-R\$2,9 bilhões); -11,1% da Cofins (-R\$11,8 bilhões); e -7,9% do PIS/PASEP (-R\$2,2 bilhões).

Tabela 7 - Brasil: Receitas e Despesas do Governo Central em maio de 2018 e 2019, acumulado de janeiro a maio de 2018 e 2019, em R\$ milhões constantes de maio de 2019 corrigidos pelo IPCA, taxa de crescimento real (%) e variação absoluta

Descrição	2018	Maio				Acumulado (janeiro - maio)			
		2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
I. RECEITA TOTAL	1.539.911,64	118.015,89	118.321,22	0,3	305,33	654.286,35	658.211,48	0,6	3.925,13
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	939.600,95	70.189,23	69.748,96	-0,6	-440,27	418.305,95	414.227,47	-1,0	-4.078,48
Imposto de Importação	42.175,37	3.370,43	3.603,74	6,9	233,31	16.445,46	17.500,50	6,4	1.055,04
IPI	57.502,71	5.059,64	4.356,78	-13,9	-702,87	24.378,13	21.454,36	-12,0	-2.923,77
Imposto sobre a Renda	376.833,80	29.488,25	28.803,96	-2,3	-684,29	178.568,98	187.360,96	4,9	8.791,98
IOF	38.148,53	2.985,19	3.200,23	7,2	215,03	15.439,85	16.266,57	5,4	826,72
COFINS	260.815,86	22.541,79	18.365,70	-18,5	-4.176,09	107.500,38	95.621,37	-11,1	-11.879,01
PIS/PASEP	68.602,10	5.827,91	5.083,84	-12,8	-744,07	28.918,63	26.634,76	-7,9	-2.283,87
CSLL	81.679,27	5.376,65	4.387,04	-18,4	-989,61	40.510,16	39.472,78	-2,6	-1.037,38
CPMF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIDE Combustíveis	4.126,31	467,00	235,93	-49,5	-231,07	2.302,39	1.196,25	-48,0	-1.106,13
Outras Administradas pela RFB	9.716,99	-4.927,65	1.711,73	-134,7	6.639,38	4.241,97	8.719,92	105,6	4.477,95
Incentivos Fiscais	-14,50	-1,71	0,00	-100,0	1,71	-1,71	0,00	-100,1	1,71
Arrecadação Líquida para o RGPS	405.429,99	31.852,82	32.702,47	2,7	849,66	159.188,24	163.263,63	2,6	4.075,38
Receitas Não Administradas pela RFB	194.895,21	15.975,55	15.869,79	-0,7	-105,76	76.793,86	80.720,38	5,1	3.926,52
II. Transf. por repartição de receita²	266.371,33	26.149,25	27.527,78	5,3	1.378,53	114.658,97	121.430,87	5,9	6.771,90
III. Receita Líquida (I-II)	1.273.540,31	91.866,63	90.793,44	-1,2	-1.073,19	539.627,38	536.780,60	-0,5	-2.846,77
IV. Despesa Total	1.401.476,76	107.070,14	105.533,40	-1,4	-1.536,74	559.144,74	554.110,83	-0,9	-5.033,91
Benefícios Previdenciários	607.859,89	47.651,07	47.620,47	-0,1	-30,61	239.770,99	243.936,27	1,7	4.165,28
Pessoal e Encargos Sociais	309.061,32	23.632,44	23.950,19	1,3	317,75	125.407,14	126.264,40	0,7	857,26
Outras Despesas Obrigatórias	209.090,65	13.791,49	12.832,63	-7,0	-958,85	95.495,08	93.424,94	-2,2	-2.070,14
Abono e Seguro Desemprego	55.613,93	3.806,13	3.344,91	-12,1	-461,22	25.000,20	24.734,88	-1,1	-265,32
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	58.258,90	4.897,56	4.927,80	0,6	30,24	24.498,68	24.957,56	1,9	458,88
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	5.876,51	38,30	82,44	115,2	44,14	160,78	2.519,78	1467,2	2.358,99
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	14.065,59	905,48	766,25	-15,4	-139,23	6.990,40	5.409,85	-22,6	-1.580,55
Fundef/Fundeb - Complementação da União	14.375,79	1.008,83	1.016,15	0,7	7,32	7.446,67	7.892,11	6,0	445,45
Lei Kandir e FEX	1.981,67	166,58	0,00	-100,0	-166,58	837,51	0,00	-100,0	-837,51
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	14.560,16	163,44	199,98	22,4	36,54	13.290,48	13.886,08	4,5	595,60
Subsídios, Subvenções e Proagro	15.957,29	193,07	70,92	-63,3	-122,15	7.271,80	5.239,08	-28,0	-2.032,71
Demais	28.400,80	2.612,10	2.424,19	-7,2	-187,91	9.998,56	8.785,60	-12,1	-1.212,96
Despesas do Poder Executivo	275.464,89	21.995,14	21.130,11	-3,9	-865,03	98.471,53	90.485,22	-8,1	-7.986,31
Sujeitas à Programação Financeira	142.221,17	12.457,35	12.145,89	-2,5	-311,47	56.423,07	55.080,82	-2,4	-1.342,25
Obrigatórias com Controle de Fluxo	13.652,50	1.079,26	1.198,22	11,0	118,97	5.574,24	5.512,12	-1,1	-62,13
Benefícios a servidores públicos	31.487,38	2.456,91	2.671,81	8,7	214,90	12.800,26	13.157,15	2,8	356,89
Bolsa Família	85.329,06	7.430,53	7.566,89	1,8	136,36	34.557,25	33.539,25	-2,9	-1.018,00
Saúde	6.680,13	1.179,69	504,88	-57,2	-674,81	2.380,75	2.010,07	-15,6	-370,68
Educação	5.072,10	310,97	204,08	-34,4	-106,89	1.110,56	862,23	-22,4	-248,33
Demais	133.243,72	9.537,78	8.984,22	-5,8	-553,56	42.048,46	35.404,40	-15,8	-6.644,06
Discricionárias	30.410,88	2.500,33	1.771,66	-29,1	-728,67	10.882,83	7.599,14	-30,2	-3.283,70
Saúde	25.936,97	2.190,88	1.740,10	-20,6	-450,78	9.112,53	7.617,20	-16,4	-1.495,33
Educação	15.815,97	881,76	934,17	5,9	52,40	3.308,02	2.916,73	-11,8	-391,30
Defesa	11.130,27	816,04	912,70	11,8	96,66	3.785,47	3.131,50	-17,3	-653,97
Transporte	8.143,20	470,30	549,49	16,8	79,20	2.683,25	2.681,42	-0,1	-1,83
Administração	4.401,76	260,91	263,91	1,1	3,00	1.426,14	1.134,77	-20,4	-291,37
Ciência e Tecnologia	3.637,55	269,64	298,81	10,8	29,18	1.227,18	1.218,87	-0,7	-8,32
Segurança Pública	3.439,80	191,16	178,61	-6,6	-12,55	1.328,12	918,47	-30,8	-409,65
Assistência Social	30.327,32	1.956,76	2.334,77	19,3	378,00	8.294,93	8.186,31	-1,3	-108,62
Demais									

Fonte: STN

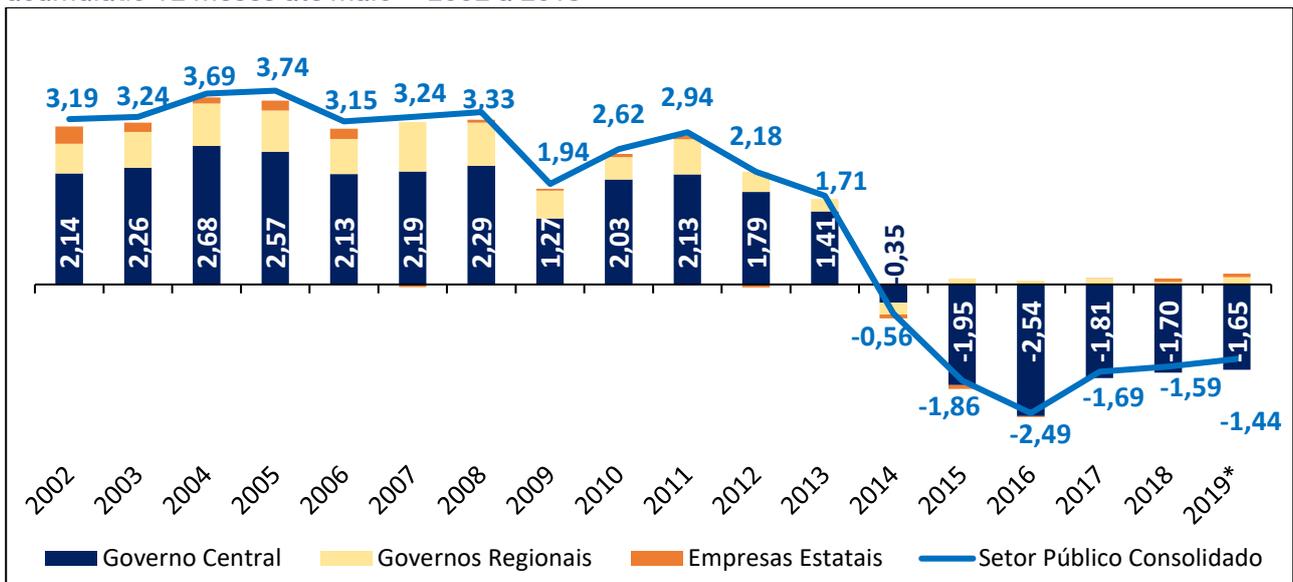
Quanto ao resultado das despesas, observou-se uma redução de R\$5,0 bilhões, em termos reais, no comparativo interanual. Contribuíram para esse resultado, a redução de 8,1% nas Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira e de 2,2% na categoria Outras Despesas Obrigatórias⁹ (-R\$2,0 bilhões).

Destaca-se que a redução das Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira foi influenciada pela queda de 15,8% nas Despesas Discricionárias, com destaque para a retração dos gastos em Assistência Social (-30,8%); Saúde (-30,2%); Ciência e Tecnologia (-20,4%); Transporte (-17,3%); e Educação (-16,4%).

O déficit primário do setor público consolidado foi de cerca de R\$100,3 bilhões no acumulado de 12 meses até maio de 2019 e a maior parte do saldo negativo foi decorrente do resultado do Governo Central

De acordo com os dados do Banco Central, o déficit primário do setor público consolidado¹⁰ foi equivalente a cerca de R\$100,3 bilhões (-1,44% do PIB) no acumulado de 12 meses até maio de 2019. A decomposição desse resultado, em percentuais do PIB, indica que a maior parte do saldo negativo observado em 2019 – no acumulado de 12 meses – é decorrente do resultado do Governo Central, cujo déficit foi correspondente a 1,65% do PIB – o equivalente a cerca de R\$114,8 bilhões. Já os Governos Regionais apresentaram resultado correspondente a 0,14% do PIB (R\$9,7 bilhões) e as Empresas Estatais a 0,07% do PIB (R\$4,7 bilhões).

Gráfico 10 - Brasil: Decomposição do Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses até maio – 2002 a 2019



Fonte: BCB

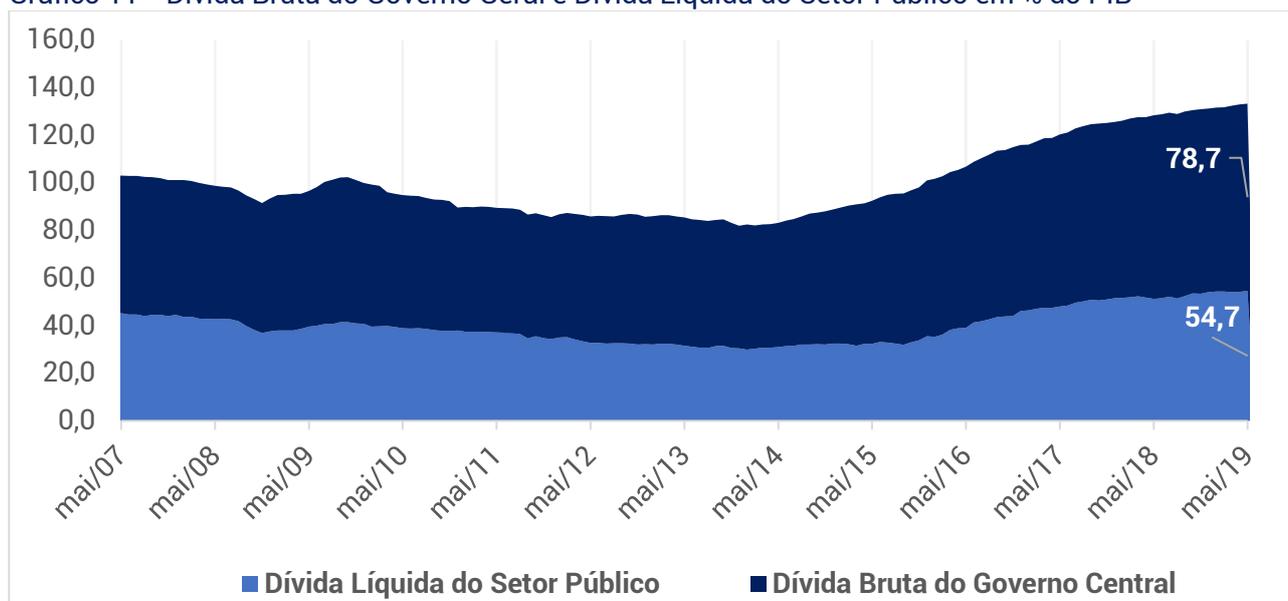
O cenário de sucessivos déficits primários tem contribuído para o aumento do endividamento do país, cuja DBGG foi correspondente a 78,7% do PIB no acumulado de janeiro a maio de 2019

Quanto à Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), é importante destacar que ao longo dos últimos 12 meses encerrados em maio de 2019, o seu resultado foi correspondente a 78,7% do PIB (R\$5,4 trilhões). Já a Dívida Líquida do Setor Público foi equivalente a 54,7% do PIB (R\$3,8 trilhões) no mesmo período.

⁹ Fazem parte dessa rubrica despesas como: abono e seguro desemprego, convênios, doações, fabricação de cédulas e moedas, entre outras.

¹⁰ O setor público consolidado é composto pelo Governo Federal, Estados, municípios e empresas estatais, com exceção da Eletrobras e Petrobras.

Gráfico 11 - Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB



Fonte: BCB. *Acumulado de 12 meses até maio

De acordo com o exposto, observa-se que o cenário de baixo dinamismo econômico do país tem se refletido na baixa capacidade de arrecadação. Esse cenário tem contribuído para a ocorrência de sucessivos *déficits* primários – cuja meta para o final do ano corrente é de R\$139 bilhões – e, conseqüentemente, para o aumento da dívida pública. Como a dívida se encontra em patamares elevados, o governo tem reduzido as despesas discricionárias em áreas essenciais como Saúde e Educação para conter o *déficit* primário. Cabe destacar que, de acordo com a Instituição Fiscal Independente, mesmo no contexto de aprovação da Reforma da Previdência, a expectativa é a de que o governo terá *déficits* ao menos até 2023.

3. CENÁRIO ESTADUAL

3.1. Nível de Atividades

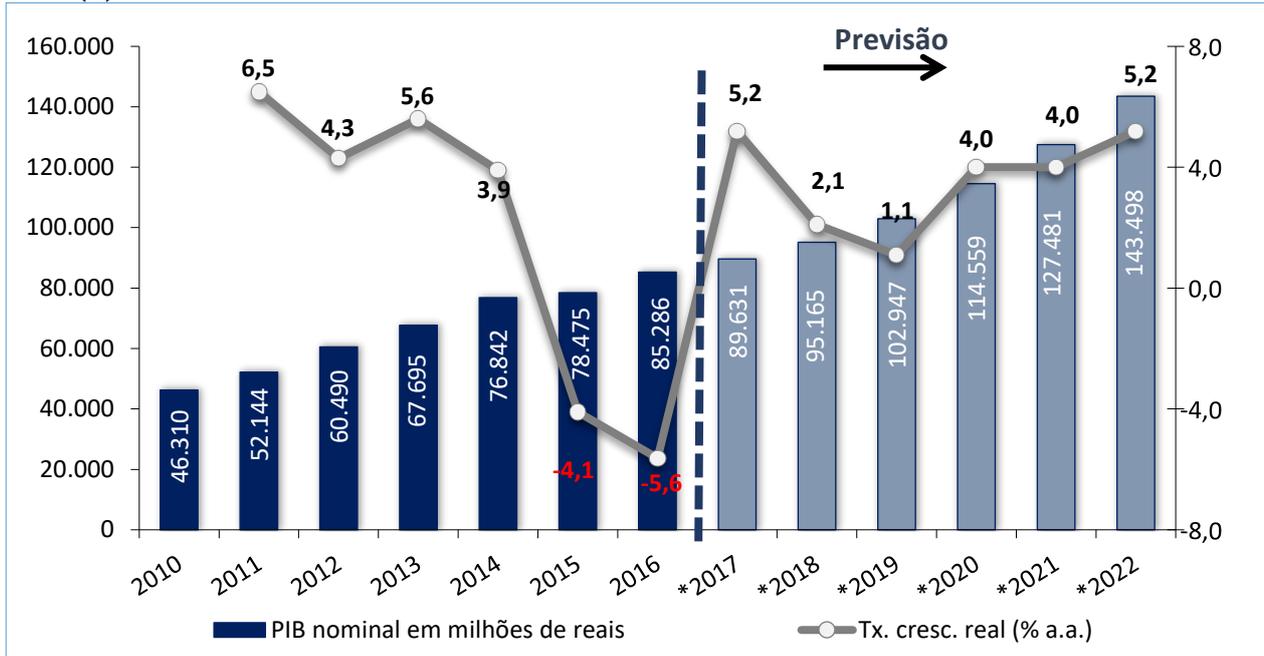
3.1.1. Produto Interno Bruto

Crescimento estimado para o PIB de 2019 é de 1,1%

O crescimento do PIB maranhense estimado para o ano de 2019 foi reavaliado para 1,1%. Para os anos 2020 e 2021, a estimativa foi mantida em 4,0% e, para 2022, o crescimento do PIB espera-se um crescimento de 5,2%, tendo em vista o período de maturação dos investimentos realizados no Estado¹¹, tanto do setor público quanto privado. (Gráfico 12).

¹¹ Para mais detalhes, ver seção referente aos investimentos.

Gráfico 12 – Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB – 2010 a 2022 (%)



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

A reavaliação do desempenho do Maranhão em 2019 seguiu a tendência nacional, cuja estimativa do PIB também foi reavaliada para baixo (saiu de 1,70% para 0,82% nos últimos dois meses, segundo a pesquisa de mercado do BCB 19/07/2019).

É importante destacar que o PIB do Maranhão sofreu uma revisão para cima em 5,2% no ano de 2017, ante 2,4%, conforme divulgado no último Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense. Isso se deve, em grande medida, à base em 2016 ter sido muito fraca por conta da crise econômica que afetou todo o país. Desse modo, esse forte crescimento mostra que o Estado tem buscado superar a recessão vivida recentemente, com base tanto na recuperação de setores como a Agropecuária com o crescimento na safra de grãos, quanto no setor de Serviços, principalmente devido às políticas anticíclicas¹² promovidas pelo Estado.

Agropecuária: reavaliação de culturas impactam negativamente o setor

Considerando o prognóstico agrícola realizado no mês de fevereiro de 2019, o resultado estimado do setor agropecuário passou para -1,4%.

A lavoura temporária que detém peso de 30% no VA do setor, passará por reavaliações no decorrer do ano de 2019. Mesmo que a previsão da safra de grãos aponte um resultado maior que o produzido no ano anterior (+8,6%), produtos como a mandioca, por exemplo, estão sendo reavaliados para baixo em decorrência de superestimação em períodos anteriores. Destaca-se ainda, que o arroz também continua sendo revisado para baixo, apesar disso, as supersafras de soja e milho apresentam uma estimativa positiva, o que compensa a queda nos demais produtos¹³.

Indústria: o crescimento para 2019 foi revisado para 2%, mas mantém crescimento impulsionado pela retomada da pelotização

A estimativa de crescimento do VA da Indústria foi reavaliada para 2%. A retomada de algumas atividades, a exemplo da usina de Pelotização, que é uma atividade muito expressiva nesse subsetor,

¹² Tais como investimentos públicos em infraestrutura (pavimentação de estradas, etc.), contratação de professores, médicos, fomento à agricultura familiar, distribuição de sementes, subsídios ao agronegócio, etc.

¹³ Ver Seção referente à produção agrícola.

contribuíram para contrabalancear o mau desempenho da Construção Civil e do SIUP. O Maranhão apresentou crescimento da ordem de 1,1% nas exportações de pelotas de ferro e outros derivados no primeiro trimestre de 2019, em comparação ao mesmo período do ano passado.

A Construção Civil, o subsetor que responde por cerca de 38% do VA do Setor Secundário, vem apresentando baixo dinamismo ao longo do ano, devido, principalmente, a fatores sazonais como o período de chuvas mais intenso, que reduziu o ritmo das construções. A partir do segundo semestre, período em que o nível de pluviosidade diminuiu, esta atividade deve apresentar recuperação, tendo em vista, inclusive, a retomada do crédito para a construção. No mês de abril de 2019, a Caixa Econômica Federal anunciou que dobrará o volume de crédito imobiliário por meio de securitização, em R\$ 100 bilhões.

O Serviço de Utilidade Pública (SIUP), também, contribuiu para uma estimativa menor, devido à redução na atividade de extração de gás natural, além da baixa performance da geração de energia elétrica, principalmente entre a Indústria termoeletrica.

Serviços: o resultado foi reavaliado para 1,2% em virtude do arrefecimento do Comércio e aumento no percentual de inadimplentes

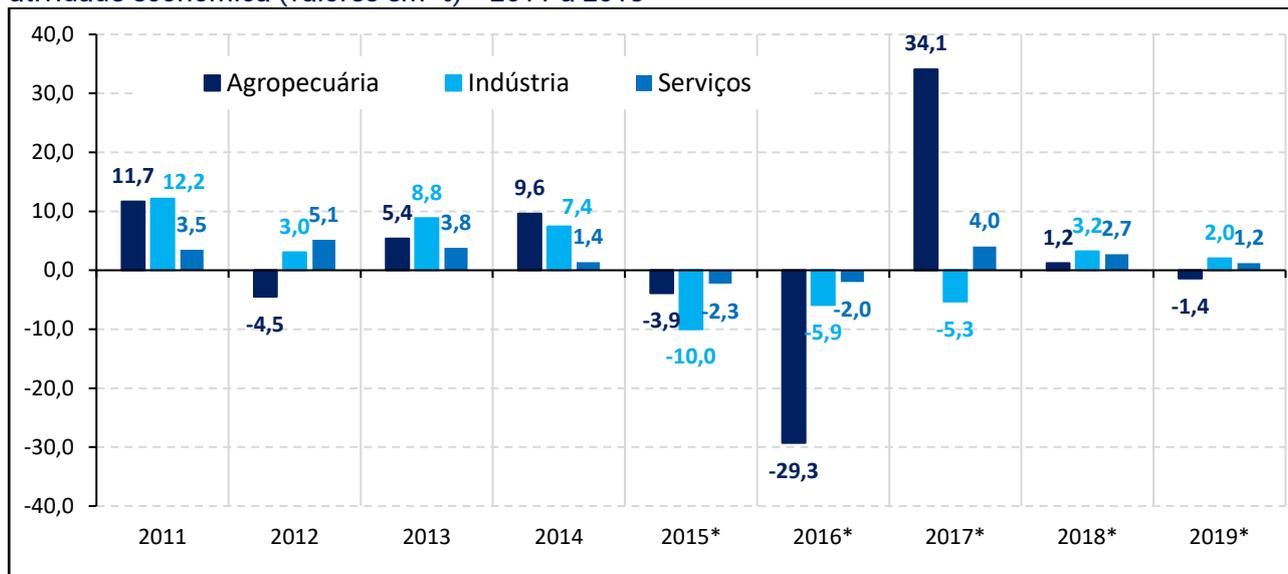
No setor Terciário, o percentual de crescimento que havia sido avaliado em 3,9% no trimestre anterior, foi revisado para 1,2%. Essa revisão reflete ainda um período de recuperação lenta e gradual da economia maranhense, pois mesmo que as condições de crédito tenham melhorado, com a taxa básica de juros mantendo-se em 6,5% a.a. pelo 10^a mês consecutivo, os agentes econômicos ainda não responderam de forma a gerar um impacto positivo no setor de Serviços, principalmente no Comércio.

Some-se a isso, os dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) que mostraram que houve um recuo no número de pessoas ocupadas em 4,4%, contudo, apresentou um aumento na massa de rendimentos reais da ordem de 2,1% referente ao primeiro trimestre de 2019, comparado ao mesmo período do ano anterior. Isto se deve ao crescimento de ocupações nos subsetores em que os rendimentos são mais elevados, como por exemplo, na Administração Pública e Educação (esferas estadual e municipal).

Vale mencionar também que as famílias não estão respondendo de forma significativa devido ao crescimento da taxa de desocupação (16,3%) e do número de inadimplentes (+3,65%), comparando março de 2019 com o mesmo mês do ano anterior.

O Setor de Serviços é o que mais impacta no PIB estadual, pois tem um peso de pouco mais de 70%. Destaca-se que dentro deste setor, o Comércio tem uma fatia de, aproximadamente, 20%, enquanto a Administração Pública responde por cerca de 36%, segundo dados oficiais do PIB referentes ao ano de 2016.

Gráfico 13 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria.

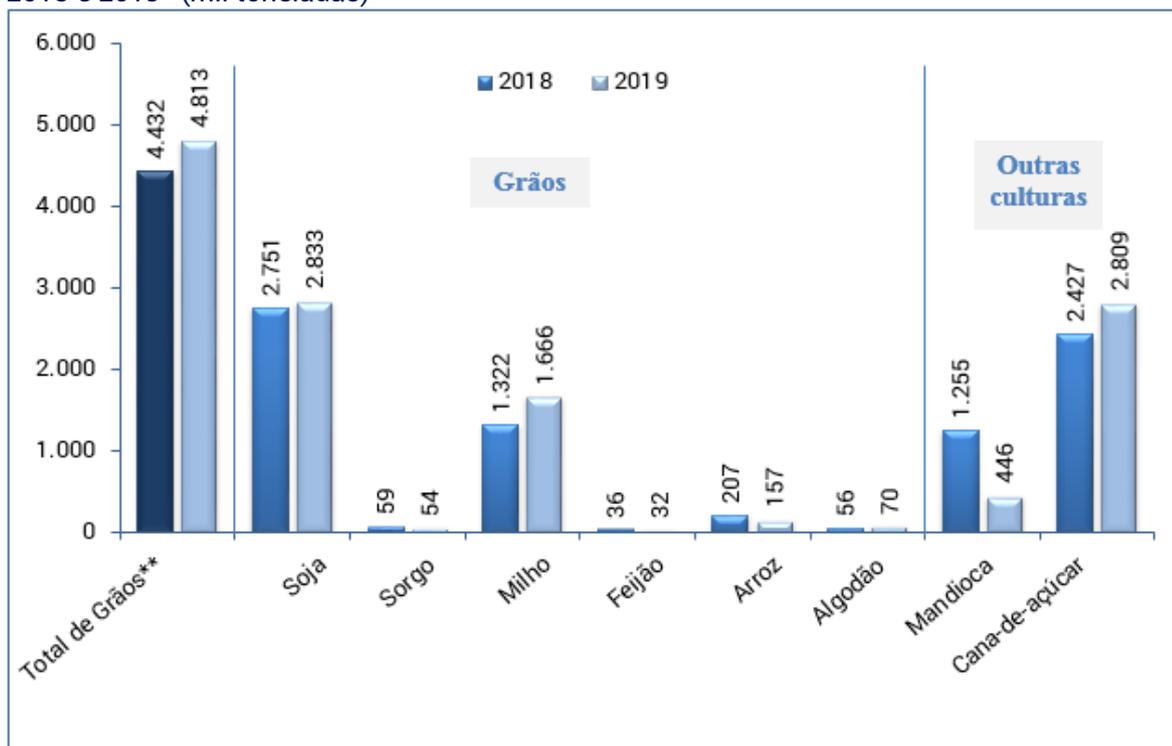
É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, à medida que os indicadores econômicos são consolidados e divulgados pelas fontes oficiais. Dessa forma, é possível delinear um cenário mais consolidado e aderente à dinâmica econômica estadual.

3.1.2. Produção Agrícola

Estimativa da produção graneleira maranhense aponta crescimento de 8,6% em 2019, impulsionada pela produção de milho e soja.

De acordo com o LSPA referente a abril de 2019, o Maranhão deve fechar este ano com uma produção de grãos de 4.813 mil toneladas (t), crescimento de 8,6% em comparação com a safra de 2018 (Gráfico 14). Na estimativa realizada em março, a produção de grãos fecharia 2019 em 4.791 mil t. Contudo, em abril houve um incremento de 0,5% impulsionado pela produção de milho, cujo acréscimo na área foi de 1,4%. Esse resultado será detalhado adiante.

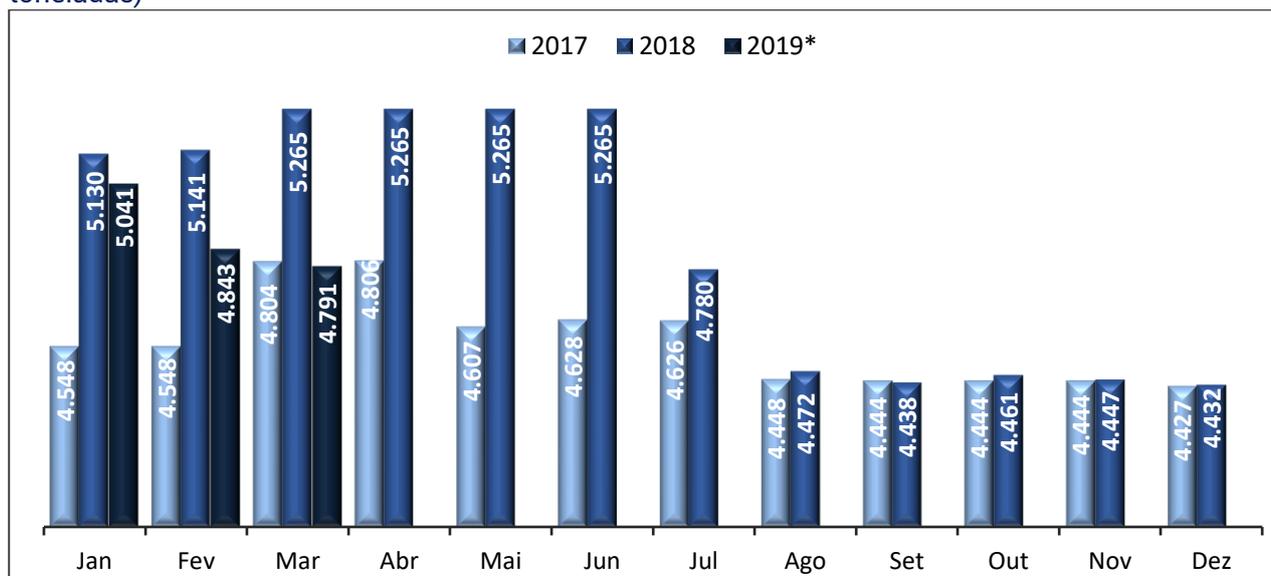
Gráfico 14 - Estimativa da produção das culturas acompanhadas pelo LSPA do Maranhão – 2018 e 2019* (mil toneladas)



Fonte: GCEA/LSPA/IBGE *estimativa realizada em abril/19 ** Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

Apesar da tendência de revisões para baixo na produção graneleira maranhense no decorrer do ano, o resultado estimado em abril continua superior ao registrado em 2018. Destaca-se que a estimativa da produção agrícola é reavaliada pelo GCEA/IBGE mensalmente, sendo frequente que a estimada da produção seja superestimada no primeiro semestre em relação ao segundo, tendo em vista que ao final do período o conhecimento do que se efetivou é mais conclusivo (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Evolução da Produção Estimada de Grãos no Maranhão entre 2017, 2018 e 2019* (mil toneladas)



Fonte: GCEA/LSPA/IBGE *Abril/2019

- A soja é a principal cultura graneleira do estado. Com crescimento estimado em 3,0% em comparação à safra do ano passado, essa oleaginosa representa, atualmente, 2,8 milhões de toneladas, 58,9% do total de grãos produzidos.

- A produção de milho neste ano deverá recuperar as perdas sofridas ao longo de 2018, ano em que o cereal havia registrado perdas de área plantada, principalmente na segunda safra (safrinha), em decorrência de estiagem logo após iniciado o plantio. Ao considerar o LSPA de abril do ano corrente, é importante destacar que a cultura do milho representa cerca de 34,6% da produção total de grãos no Maranhão. Por conta disso, qualquer reavaliação ou perda na área plantada desse grão, afeta significativamente o total de grãos, já que, juntamente com a soja, somam aproximadamente 93,5% da produção graneleira cultivada no estado. Mesmo com esse crescimento expressivo na produção de milho, é importante destacar que essa produção apenas está retomando o patamar produzido em 2017, tendo em vista que, em 2018, a base de comparação foi muito fraca.

- Quanto à previsão de safra do arroz, a partir da intensificação das pesquisas por parte do IBGE, identificou-se que, em diversos municípios, muitas áreas deixaram de produzir esse grão. Portanto, a estimativa deste ano está em torno de 157 mil t, contra 207 mil t em 2018.

No tocante à produção estimada de mandioca, os dados do Censo Agropecuário 2017 apontaram uma produção de pouco mais de 222,6 mil toneladas, distribuídas em cerca de 82,8 mil estabelecimentos, ao passo que o LSPA de abril de 2019 indicou cerca de 446 mil toneladas. Devido a significativa diferença entre os dados do Censo e da LSPA, as reduções na produção de mandioca deverão persistir ao longo do ano. As revisões estão ocorrendo, principalmente, nos maiores municípios produtores de mandioca do estado: Barreirinhas (10 mil t), Itapecuru-Mirim (8,3 mil t) e Santa Luzia (7,5 mil t).

3.1.3. Indústria

Confiança Empresarial da Indústria Maranhense segue em patamar otimista, apesar do recuo em março, acompanhando a tendência nacional

Em abril deste ano, conforme o Índice de Confiança Empresarial da Indústria Maranhense¹⁴ (ICEI-MA) medido pela Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA), houve recuo de 4,2 pontos na confiança em relação ao mês anterior e o índice fechou o mês de abril em 54,9. Esta é a sua menor pontuação em 2019.

O recuo na avaliação das condições atuais da Indústria é notado principalmente pelo pessimismo na Construção Civil, que registrou queda de 6% na avaliação com relação a situação das empresas. Este segmento enfrenta redução na ocupação de trabalhadores, que recuou 10% quando se compara o primeiro trimestre de 2019 ao mesmo período do ano anterior. No que se refere às expectativas dos empresários em relação à economia brasileira, as mesmas permanecem dentro grau de satisfação da pesquisa, acima dos 50 pontos, apesar da tendência de queda.

As expectativas gerais do setor industrial apresentam redução. Contudo, seguem em patamar otimista

Segundo o estudo de Sondagem Industrial no Maranhão, apresentados pela FIEMA, que analisa o nível de satisfação quanto ao ritmo da produção nas empresas industriais, a Indústria maranhense apresentou um crescimento de 5,6% em março quando comparado a fevereiro. O índice registrou 46,8 pontos, captando a evolução da produção do setor industrial maranhense, com destaque para a expectativa sobre a intenção de aumento do número de empregados que apresentou evolução de 7,4% neste mês.

¹⁴ o ICEI é elaborado mensalmente pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice é obtido a partir da ponderação dos resultados referentes às Condições Atuais e Expectativas dos empresários em relação à economia brasileira, o Estado e a empresa. Perfil da Amostra. Perfil da Amostra: 11 empresas da Construção Civil e 23 Indústrias Extrativas e de Transformação. (FIEMA, 2019).

As empresas de médio e grande portes apresentaram evolução com aumento de 4,8%, marcando 50 pontos e alcançando o nível de satisfação da pesquisa. As empresas de pequeno porte obtiveram maior evolução percentual, 8,1% no quesito de volume de produção. O aumento é tímido e é consequência da incerteza econômica que leva à redução das expectativas.

Apesar da redução nas expectativas do setor para os próximos seis meses, estas se mantêm no patamar otimista, e as expectativas de demanda por produtos industriais registram 58,1, destaque para as empresas de pequeno porte com aumento de 6,2%. As de médio e grande porte permanecem otimistas em relação a demanda por empregados, compras de matérias-primas e exportação nos próximos seis meses. A expectativa do setor é de aumentar o número de empregados para os próximos seis meses, de acordo com o índice de expectativa de contratações, que alcançou 56,1 pontos, com base na expectativa de novos investimentos que venham a impactar positivamente no crescimento da economia estadual.

3.1.4. Financiamento Imobiliário

Financiamento imobiliário em 2019 avança com mais intensidade no Maranhão dentre os estados do Nordeste

Segundo os dados do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), no acumulado do primeiro bimestre de 2019 o total de crédito para aquisição de imóveis no Maranhão totalizou R\$ 61,6 milhões, crescimento real de 13,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O Nordeste também apresentou aumento (+6,3%), porém, em menor intensidade que o Maranhão e o Brasil (+16,7%) (Tabela 8). No mês de fevereiro, o total de financiamentos R\$ 25,4 milhões, ante R\$ 22,0 milhões em fev/2018, a preços constantes.

Tabela 8 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões)*, Participação (%), Taxa Média de Crescimento Anual (% a.a.), e Taxa de Crescimento 2018/2019

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2015	740,6	8.642,7	65.901,7	8,6	1,1
2016	418,0	5.375,0	38.550,1	7,8	1,1
2017	330,6	4.659,4	35.918,6	7,1	0,9
2018	369,5	4.881,3	43.591,8	7,6	0,8
2018*	54,1	692,7	6.076,6	7,8	0,9
2019*	61,6	736,0	7.090,0	8,4	0,9
2018/2017(%)	11,8	4,8	21,4	-	-
2018/2019*(%)	13,9	6,3	16,7	-	-

Fonte: SBPE/Bacen * acumulado de janeiro a fevereiro valores inflacionados pelo IPCA, a preços de fev/19

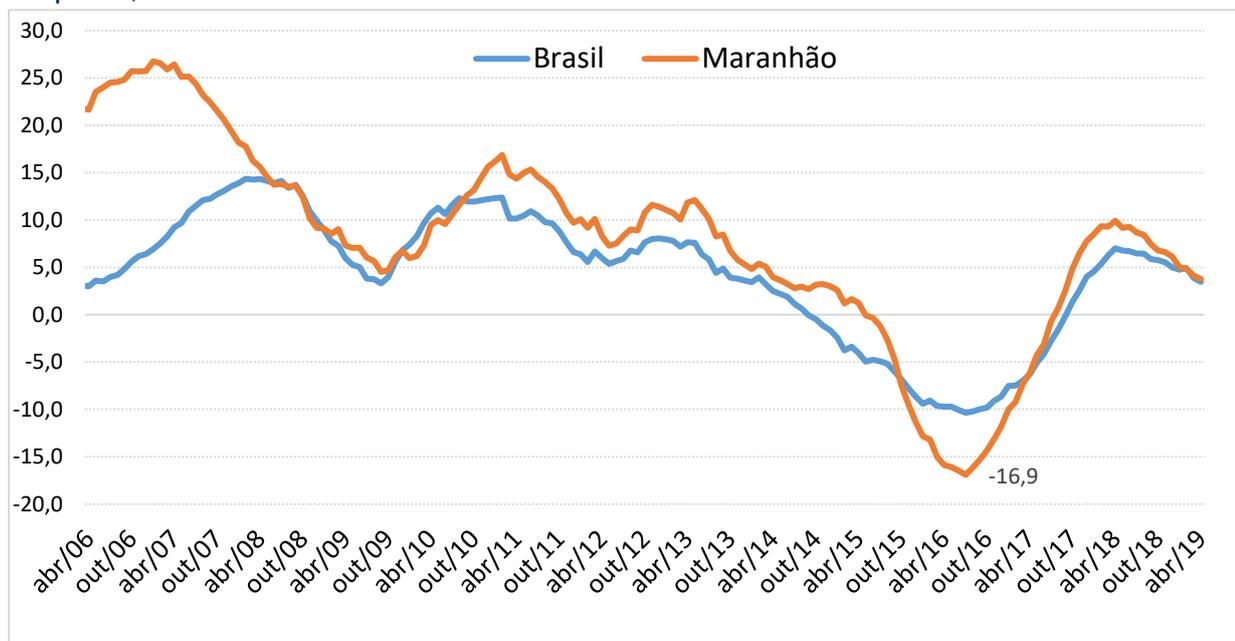
- De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), o total de financiamentos com recursos da caderneta de poupança atingiu R\$ 4,87 bilhões em fevereiro.
- O Governo Federal pretende mudar o programa habitacional Minha Casa Minha Vida pelo "Novo Minha Casa Minha Vida", que utilizará terrenos da União nas regiões mais centrais, e continuará financiando obras pelo recurso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com permissão para haver unidades comerciais juntamente às residenciais no mesmo empreendimento.

3.1.5. Comércio

No Maranhão, o volume de vendas no varejo ampliado subiu 0,5% no acumulado de janeiro a abril de 2019, conforme aponta a PMC realizada pelo IBGE

Conforme a Pesquisa Mensal do Comércio, o varejo ampliado maranhense registrou crescimento de 0,5% no acumulado de janeiro a abril de 2019. Considerando o resultado acumulado de 12 meses até abril de 2019, o crescimento no volume de venda foi de 3,8%. Observando a diferença entre o resultado acumulado do ano e o resultado dos últimos 12 meses, evidencia-se tendência de queda no ritmo de crescimento das vendas no varejo ampliado mais acentuado que o verificado no nível nacional (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Brasil e Maranhão: Variação de 12 meses (%) do Volume de Vendas do Varejo Ampliado, de abr.06 a abr.19. Base 2014=100



Fonte: PMC, IBGE

Conforme a Pesquisa Mensal do Comércio, houve queda de 1,8% no mês de abril no volume de vendas no varejo ampliado, considerando o comparativo de do mês de abril contra março de 2019.

O recuo de 1,8% no volume de vendas do comércio varejista ampliado maranhense, no mês de abril de 2019 foi ocasionado principalmente pelos segmentos *Hipermercados e supermercados e Produtos alimentícios e bebidas*. Esses segmentos representam juntos mais de 30% do resultado do varejo ampliado maranhense. Corroborando com a PMC, dados da SEFAZ-MA apresentaram recuo de, aproximadamente, 32% na arrecadação de ICMS destes setores.

A queda do volume de vendas no Maranhão também é explicada pela taxa de desocupação¹⁵ que atingiu 16,3% da força de trabalho do Estado, no primeiro trimestre de 2019. Este é o maior nível de desocupação já registrado no Estado desde 2012, segundo o IBGE. Segundo a SEFAZ/MA, o segmento de *Materiais de construção* também apresentou queda de arrecadação (12%), impactado pela taxa de desocupação.

O segmento *Veículos, motos, partes e peças* cresceu em abril, puxado pela venda de 6.626 unidades de veículos novos, segundo dados da FENABRAVE. Este crescimento de 8,76% em abril de 2019 frente ao mês anterior, foi favorecido pela redução, considerando o mesmo período, de 1,19% dos juros para financiamento de automóveis, segundo a pesquisa de juros da ANEFAC. Apesar do aumento nas vendas de veículos em abril, vale destacar que foi 3,9% menor quando comparado ao mesmo período do ano anterior, quando foram vendidas 6.901 unidades.

Em relação à inadimplência, houve uma alta de 0,34% em abril deste ano quando comparado ao mês anterior e 2,97% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo este um indicativo da redução do orçamento das famílias maranhenses. Estes resultados são piores que os registrados na região Nordeste e no Brasil, conforme o Gráfico 17 a ser visto na próxima seção.

¹⁵ Pessoas de 15 anos ou mais de idade à procura de trabalho, mas sem ocupação remunerada.

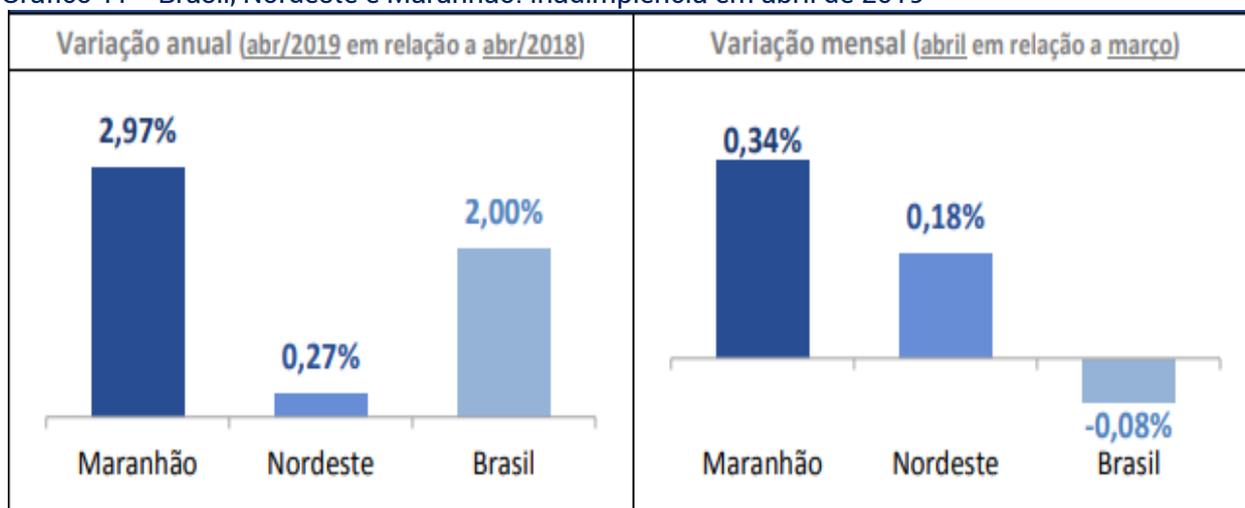
Em abril de 2019, a inadimplência subiu 2,97% em relação ao mesmo período do ano passado, superior ao observado no Nordeste e no país

O Nordeste apresenta 16,3 milhões de inadimplentes, um crescimento de 0,18%, na variação em relação ao mês anterior, segundo a CDL São Luís. Este indicador aponta para uma redução nas perspectivas de consumo, quando somadas a um cenário de mercado de trabalho com saldo de 47.905 demissões formais no acumulado de janeiro a abril de 2019, segundo dados do CAGED.

Em relação ao Maranhão, a alta de 0,34% na variação mensal e de 2,97% na variação anual indicam piora da inadimplência em comparação à região Nordeste e ao resto do país, conforme o Gráfico 17.

Destaca-se que os Bancos e o Comércio possuem uma concentração superior a 65% das dívidas das famílias maranhenses, com o comércio concentrando 29,9% da inadimplência. O aumento da inadimplência com o uso do cartão de lojas comerciais contribuiu para a redução das vendas no crediário em abril de 2019, o que influenciou na diminuição das vendas no segmento de *Tecidos, Vestuário e calçados* (queda de 6% na arrecadação de ICMS, conforme dados da SEFAZ-MA)¹⁶.

Gráfico 17 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Inadimplência em abril de 2019



Fonte: SPC Brasil, CDL São Luís

Quanto ao número de dívidas em atraso, a comparação de abril de 2019 com o mesmo período do ano anterior, mostrou crescimento de 1,1% no Maranhão, enquanto que a média da região Nordeste e a nacional caíram 2,94% e 1,23%, respectivamente. Este comportamento pode ser explicado pelo elevado patamar da taxa de desocupação no Estado (16,3%), superior ao observado no Nordeste (15,3%) e Brasil (12,7%). Neste mês de abril, cada maranhense tinha em média 1,7 dívidas em atraso.

Depreende-se que o volume de vendas no varejo ampliado registrou recuo na abrangência estadual decorrente, principalmente, do desempenho do mercado de trabalho. Este fator também impactou no crescimento de 1,1% no número de dívidas em atraso no Maranhão, tendência contrária à observada na região Nordeste e no país.

3.2. Comércio Exterior

3.2.1. Balança Comercial

Avanço das exportações no complexo ferro contrabalançam queda na soja, alumina e celulose gerando aumento no *superávit* comercial

¹⁶ A arrecadação de ICMS é utilizada nesta publicação como variável *proxy* do volume de vendas do varejo.

No acumulado do 1º quadri/2019, comparado com mesmo período de 2018, houve alta de 4,7% nos valores das exportações, e queda de 1,5% nas importações, gerando alta de 119,1% no saldo comercial.

Tabela 9 - Balança Comercial Maranhense de 2010 até 2019*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	(A) Exportação (US\$ mi)	Exportação (Var %)	(B) Importação	Importação (Var %)	(A+B) Saldo
2010	2.919,5	-	-3.816,7	-	-897,2
2011	3.046,5	4,4	-6.283,6	64,6	-3.237,1
2012	3.023,9	-0,7	-7.060,3	12,4	-4.036,5
2013	2.341,9	-22,6	-6.833,8	-3,2	-4.491,9
2014	2.795,5	19,4	-7.068,7	3,4	-4.273,2
2015	3.050,1	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,6
2016	2.209,8	-27,5	-2.101,8	-42,0	108,1
2017	3.032,1	37,2	-2.559,3	21,8	472,8
2018	3.788,5	24,9	-3.094,1	20,9	694,4
2018*	1.037,9	-	-985,0	-	52,9
2019*	1.086,3	4,7	-970,4	-1,5	115,9

Fonte: Ministério da Economia, *1º quadrimestre.

O crescimento das exportações derivou-se quase exclusivamente da soja e do complexo ferro, sobretudo das Pelotas de Ferro, cuja produção foi retomada em setembro/2018. Enquanto a Alumina Calcificada se manteve estável, os outros complexos exportados pelo estado tiveram queda no valor exportado. O produto com maior valor em vendas ao exterior, Alumina Calcificada, somou US\$ 463,4 milhões (+0,1%); Complexo Celulose, segundo colocado, US\$ 244,0 milhões (-24,9%); Em terceiro, o Complexo Soja, que registrou US\$ 180,0 milhões (+12,5%); em seguida o Complexo ferro, US\$ 173,7 milhões (+192,5%). (Tabela 10)

- A queda no valor exportado de alumina calcificada se deve tanto por menor quantidade exportada quanto pela queda no preço internacional do alumínio, que fechou abril/2019 em patamar 15,9% abaixo da média de 2018.

- No complexo Soja, o aumento das exportações em valor se derivou de um crescimento ainda maior na quantidade produzida, consequência da queda na cotação da *commodity*. A desvalorização deu-se devido à retomada de importação de soja estadunidense pela China, estoques recorde nos EUA e queda na demanda chinesa. O aumento no volume exportado se associa à ampliação da área de produção.

- No que tange ao Complexo Ferro, quase a totalidade do aumento veio da retomada da pelotização pela Vale S/A em 2018, tendo a exportação de pelotas atingido, desde o início de 2019, US\$ 173,3 milhões e 1.284,9 milhões de toneladas. A siderurgia nacional vem sofrendo com baixa oferta de pelotas causada pela paralização parcial da Vale após o desastre de Brumadinho (MG) em janeiro, considerado crime socioambiental pela Câmara dos Deputados. Apesar de dificuldades logísticas para atingir siderúrgicas no resto do país, as pelotas maranhenses têm potencial de beneficiar a produção de ferro-gusa no estado, cujas exportações aumentaram em 41,9% no acumulado do ano.

- Dentre as mercadorias com menor peso, destaca-se a queda de 69,6% nas exportações de milho e 14,7% no algodão, resultado de menor produção. Houve queda no valor exportado também no Complexo de Proteína Animal (-8,8%), apesar de aumento no volume (11,7%), num período em que a carne bovina brasileira teve desvalorização recorde em relação à cotação internacional da *commodity*.

- Mantém-se a tendência de queda nas exportações de milho (-69,6% em valor), apesar de estimativas de aumento em 29,0% na produção estadual do grão pela LSPA/IBGE, o que indica manutenção da tendência, desde 2017, de direcionamento da produção ao mercado interno.

• No Complexo Têxtil, apesar da LSPA/IBGE prever aumento de 25% na produção de algodão para o ano corrente em relação a 2018, houve queda tanto na quantidade exportada (-14,7%) quanto no valor exportado (-12,0%). De fato, a proporção da commodity que vai para exportação caiu em 3 p.p. entre 2017 e 2018, tendência que deve continuar, visto que o preço do algodão no mercado internacional caiu em 8,0% em relação à média do mesmo período de 2018.

• Destaca-se a queda de 59,3% nas exportações do Complexo Couro em valor, enquanto a queda em volume foi de apenas 9,3%. Os preços do couro vêm caindo sistematicamente, de modo que, em abril, o preço do produto mercado dos EUA representou menos da metade do registrado em seu pico de 2014. Alterações nas preferências dos consumidores, especialmente no setor calçadista, além do aumento na qualidade e na oferta de substitutos explicam o fenômeno, que vem impactando o polo coureiro maranhense de Ribeirãozinho (município Governador Edison Lobão/MA). Apenas o mercado de couro de alta qualidade tem perspectivas positivas, para o setor moveleiro, automobilístico e de luxo, mercado no qual a participação maranhense dependeria de aumento na qualidade da matéria-prima, que encontra problemas desde a criação até o esfolamento.

Tabela 10 - Principais Complexos e Produtos exportados pelo Estado do Maranhão de 2018 até 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1.000 toneladas) e Crescimento (%)

Produtos	2018		2018*		2019*		Var 19+/18* (%)	
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Qtd
Total	3.788,5	8.350,1	1.037,9	2.295,5	1.086,3	3.333,1	4,7	45,2
Alumina Calcinada	1.630,2	3.459,3	463,2	1.166,1	463,5	1.169,2	0,1	0,3
Complexo Soja	988,4	2.505,9	160,0	413,1	180,0	499,4	12,5	20,9
Complexo Celulose	826,1	1.265,3	325,0	526,1	244,0	356,3	-24,9	-32,3
Pasta de Celulose	822,4	1.256,8	323,8	523,3	242,7	353,7	-25,1	-32,4
Complexo Ferro	223,7	941,7	59,4	145,8	173,7	1.284,9	192,5	781,3
Ferro Gusa	142,6	370,0	46,5	120,5	66,0	188,9	41,9	56,7
Semimanufaturados de Ferro/Aço	11,7	23,0	11,7	23,0	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Pelotas de Ferro	68,1	546,1	0,0	0,0	106,6	1.084,0	-	-
Milho	21,6	128,2	5,5	34,0	1,7	10,8	-69,5	-68,4
Algodão	55,4	31,7	12,3	6,9	10,5	6,0	-14,7	-12,0
Complexo Proteína Animal	23,9	6,3	6,9	1,7	6,3	1,9	-8,8	11,7
Peças de Carnes Bovinas	23,2	6,1	6,7	1,6	5,9	1,8	-12,0	8,3
Complexo Couro	4,4	1,9	1,5	0,5	0,6	0,4	-59,3	-9,3
Outros Complexos e produtos	14,4	9,5	4,0	1,3	6,1	4,2	49,8	227,5

Fonte: Ministério da Economia, *1º quadrimestre

Importações estaduais registraram leve baixa, decorrentes da combinação entre a queda acentuada em aquisições de insumos para agricultura e da alta na importação de combustíveis

O valor das importações maranhenses registrou um recuo de 1,5% no 1º quadrimestre de 2019, em relação ao 1º quadrimestre de 2018. A abertura por Grandes Categorias Econômicas (CGE) mostra que a categoria com maior redução foi a Bens intermediários.

Tabela 11 - Importações Maranhenses Por Grandes Categorias Econômicas (GCE) de 2018 até 2019*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)

CATEGORIA	2018		2018*		2019*		Var 19*/18*	
	US\$ mi	part%	US\$ mi	part%	US\$ mi	part%	US\$ mi	%
Total	3094,1	100	985,0	100,0	970,4	100,0	-14,6	-1,5
Bens de Capital	64,9	2,1	28,1	2,8	8,9	0,9	-19,2	-68,2
Bens de Capital	39,2	1,3	4,9	0,5	8,9	0,9	4,0	81,3
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	25,7	0,8	23,1	2,3	0,0	0,0	-23,1	-100,0
Bens Intermediários	1215,9	39,3	462,8	47,0	295,4	30,4	-167,4	-36,2
Peças e Acess. Equip. de Transporte	26,1	0,8	12,7	1,3	7,8	0,8	-4,9	-38,6
Insumos Industriais	1167,2	37,7	442,5	44,9	279,5	28,8	-163,0	-36,8
Alimentos e Beb destinados à Ind.	22,5	0,7	7,5	0,8	8,1	0,8	0,6	7,5
Combustíveis e Lubrificantes	1779,5	57,5	485,6	49,3	660,4	68,1	174,8	36,0
Bens de Consumo	33,8	1,1	8,5	0,9	5,6	0,6	-2,9	-34,1
Bens de Consumo Duráveis	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2	550,0
Bens de Consumo Não Duráveis	33,3	1,1	8,5	0,9	5,4	0,6	-3,1	-36,6

Fonte: Ministério da Economia, *1º quadrimestre

Na categoria dos Bens Intermediários, a redução de 36,2% no comparativo entre acumulado do ano de 2019 e mesmo período de 2018 deriva da menor compra de Álcool/Etanol, apesar de maiores compras em Fertilizantes. O etanol teve queda de custo no período, porém a gasolina, sua maior competidora, se barateou ainda mais que o álcool, tendo as importações da gasolina mais que dobrado em quantidade, o que sinaliza um aumento da arrecadação do ICMS sobre esse produto.

Houve redução também na categoria Bens de Capital, visto que a aquisição de locomotivas em janeiro (US\$ 23,1 milhões) não se repetiu. Em contrapartida, foi registrado aumento no valor importado em bens de capital relativos a colheitadeiras de algodão (US\$ 3,7 milhões) e máquinas e aparelhos para soldagem metálica (US\$ 1,7 milhão). O impacto das importações de bens de capital já repercutiu no mercado de trabalho do setor algodoeiro maranhense, onde a ocupação mais que triplicou no primeiro trimestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018, tendo a massa de rendimentos crescido em 6 vezes no mesmo período.

Tabela 12 - Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2018 a 2019*, valores em US\$ milhões, quantidade em mil toneladas e variação (%)

Produtos	2018*		2019*		Var. 2019*/2018*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	485,5	1.036,0	660,3	1.280,2	36,0	23,6
Diesel	372,7	644,6	460,9	745,7	23,7	15,7
Outras Gasolinas ¹	93,2	157,3	181,9	335,5	95,2	113,2
Hulha betuminosa	19,6	234,1	17,5	199,0	-10,6	-15,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Álcool/Etanol	252,1	483,6	120,2	239,7	-52,3	-50,4
Fertilizantes	29,5	111,7	65,2	217,5	121,1	94,8
Outros Produtos	217,9	800,3	124,7	609,2	-42,8	-23,9
Total Importado	985,0	2.431,5	970,4	2.346,5	-1,5	-3,5

Fonte: Ministério da Economia; *1º quadrimestre ¹ Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas; exceto para aviação. ²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

A única rubrica que registrou crescimento foi a de Combustíveis e Lubrificantes, alta que derivou de maior aquisição de diesel (+23,7%) e outras gasolinas (+95,2%). As importações de óleo diesel subiram tanto em valor (+23,7%) quanto em quantidade (+15,7%), mantendo a tendência de perda de *Market share* da Petrobrás para produtoras estrangeiras, visto o fim do subsídio ao produto, que passa a seguir preços internacionais. Quanto aos fertilizantes, o aumento nas importações reflete a manutenção do otimismo no setor agrícola, devido à previsão de maior safra e aumento da área plantada nos grãos.

3.3. Investimentos

Governo do Maranhão e setor privado somam mais de R\$ 8 bilhões em investimentos em andamento no estado

No mês de junho de 2019, os principais investimentos em andamento no estado do Maranhão totalizaram R\$ 8,7 bilhões, contabilizando tanto públicos estaduais (R\$2,58 bilhões) como privados (R\$ 6,12 bilhões). Os investimentos públicos foram agrupados em três grandes categorias: Agropecuária, Serviços Sociais e Infraestrutura. Em relação a março de 2019, houve queda de 8,18% (- 230,42 milhões) nos investimentos públicos estaduais em andamento, notada em diversos setores, como se observa na Tabela 13.

Tabela 13 - Maranhão: Investimentos públicos estaduais em andamento, por categoria (R\$ milhões) – março e junho de 2019

Investimento Categorias e subcategorias	Em R\$ milhões		
	mar/19 (a)	jun/19 (b)	Var. (b-a)
Agropecuária	13,05	2,85	-10,2
Cadeias Produtivas	2,04	0,52	-1,52
Maquinário agrícola	11,01	2,33	-8,68
Serviços Sociais	1.208,57	1.209,64	1,07
Assistência Social	91,97	17,45	-74,52
Educação e Esportes	245,95	298,45	52,5
Saneamento Básico	614,08	620,12	6,04
Saúde	256,57	273,62	17,05
Infraestrutura	1596,35	1375,06	-221,29
Habitação	585,82	527,3	-58,52
Movimentação Portuária	37,21	37,84	0,63
Outras obras de infraestrutura	10,34	11,26	0,92
Rodovias	962,98	798,66	-164,32
Total	2.817,97	2.587,55	-230,42

Fonte: Secretaria de Comunicação e Articulação Política (SECAP)/Governo do Maranhão

As categorias Infraestrutura e Serviços Sociais sofreram significativas reduções. A conclusão de obras de rodovias (exemplo da MA-012 que liga Barra do Corda a São Raimundo do Doca Bezerra e da ponte no município de Nova Iorque) foi a principal causa da redução do montante de investimentos comparados a março (R\$ -164,32 milhões).

Em termos percentuais, as subcategorias com maiores variações negativas foram: maquinário agrícola (-78,8%), cadeias produtivas (-74,5%) assistência social (-81,0%).

Na contramão do resultado geral, as subcategorias educação e esportes (+21,4%), outras obras de infraestrutura (+8,9%), saúde (+6,65%), movimentação portuária (+1,7%) e saneamento básico (+1,0%) obtiveram um aumento de R\$ 60,1 milhões. Programas como o Escola Digna e demais obras na infraestrutura escolar, foram responsáveis pelo aumento de 3,26% dos investimentos em educação.

Em relação aos investimentos privados, a soma é de R\$ 12,8 bilhões, divididos em andamento (R\$ 6,12 bilhões) e a iniciar (R\$6,68 bilhões).

Tabela 14 - Maranhão: Principais Investimentos Privados por categoria (R\$ milhões) - 2018 a 2022*

Investimento Estimado	Em Andamento	A iniciar			Total 2º Tri/2019
		Fase de elaboração	Anunciado	Termo de compromisso assinado	
Total	6.126,8	2.949,6	3.294,2	438,3	12.808,9
Atividades Imobiliárias	-	-	20,0	-	20,0
Bebidas e Alimentos	288,0	24,9	2.290,9	5,0	2.608,8
Combustíveis	200,0	-	4,0	-	204,0
Comércio	200,0	-	95,7	27,9	323,6
Construção Civil	87,0	7,7	42,8	22,2	159,7
Energia	1.800,0	182,0	20,0	18,0	2.020,0
Fertilizantes	-	-	15,0	-	15,0
Máquinas e Equipamentos	17,0	-	551,7	16,3	585,0
Mineração e Metalurgia	-	1.700,0	187,0	47,6	1.934,6
Movimentação Portuária	2.147,8	1.035,0	-	214,9	3.397,6
Produtos Químicos	30,0	-	1,5	2,0	33,5
Transporte/Logística	80,0	-	38,5	84,4	1.479,9
Outros	-	-	27,2	-	27,2

Fonte: SEINC, EMAP, IMESC. *A previsão de conclusão de alguns investimentos é até 2022, exceto Movimentação Portuária que possuirá investimentos até 2044.

A maior participação dos investimentos em andamento corresponde à subcategoria movimentação portuária (35,1%) com R\$ 2,14 bilhões, referentes aos projetos de melhoria do Porto do Itaqui e à construção do Porto São Luís. Com a estimativa de conclusão para 2021, a previsão é que, no total, tenha-se gerado mais de 2000 empregos.

No item Energia, que possui montante de R\$ 1,8 bilhão e corresponde a 23,1% do total, os investimentos em andamento são referentes às construções das plataformas de produção de energia eólica e a gás, sendo a previsão de conclusão em 2022. O município de Santo Antônio dos Lopes possui investimentos estimados na ordem de R\$ 1,3 bilhão com o empreendimento da empresa Eneva, voltado à produção de energia térmica. O município de Paulino Neves, por sua vez, apresentou continuidade na ampliação da estação de energia eólica da empresa Ômega, com a construção das plantas Delta 7 e 8.

Em Bebidas e Alimentos (5,1%), no município de Balsas, com o projeto do Complexo Industrial Avícola, foram estimados investimentos na ordem de R\$ 172 milhões, direcionados ao ramo alimentício. Os municípios que também se destacam são Estreito, Igarapé do Meio e Chapadinha que possuem investimentos no setor, com a construção da agroindústria de processamento de carne, um abatedouro e uma indústria envasadora de Água Mineral, respectivamente.

Na categoria Combustíveis (3,6%), tanto a capital do estado, quanto o município de Balsas, se destacam em investimentos na distribuição de biocombustíveis e derivados de petróleo. A soma desses investimentos é de, aproximadamente, R\$ 200 milhões. Na Construção Civil (1,4%), Santa Inês e São Luís possuem investimentos na produção de blocos e pisos de concreto. São Luís também é responsável pelos investimentos do setor de Comércio (3,3%), com a construção do centro de distribuições de uma rede de supermercados.

Em relação aos investimentos a iniciar, o setor de alimentos e bebidas se destaca com R\$ 2,32 bilhões (34,73% do total). A previsão de instalação em São Raimundo das Mangabeiras da Brasil Agro, que será responsável pela produção de grãos (milho e soja) e processamento de etanol, contribui com R\$ 1,4 bilhão no montante. Outro investimento expressivo do setor se localiza no município de Santa Luzia, com uma unidade beneficiadora de milho para fabricação de ração para a produção pecuarista. (Tabela 14)

O setor de Mineração e Metalurgia, que representa 28,95% dos previstos, tem esse valor expressivo devido aos investimentos da Alumar (R\$ 1,3 bilhão), em São Luís, com a produção de bauxita; seguido pela extração de ouro em Godofredo Viana (R\$180 milhões). Outro setor que se destaca é o de Movimentação Portuária (R\$1,24 bilhão), com obras de expansão e melhoria da infraestrutura do Porto do Itaqui e o contrato de arrendamento do terminal de celulose (IQI 18) com a empresa Suzano, que tem a previsão de gerar 700 empregos e mais de R\$ 214 milhões investidos até 2044.

3.4. Mercado de Trabalho

3.4.1. Emprego Formal

No acumulado de janeiro a maio de 2019, o Maranhão apresentou incremento de 3,7 mil empregos com carteira no mercado de trabalho, 2º melhor desempenho entre os estados Nordeste. No mês, houve perda de vagas

O Maranhão registrou 106 demissões líquidas no mês de maio de 2019 (Tabela 15), resultado de 11.931 admissões e 12.037 desligamentos. O saldo negativo para o mês decorreu, principalmente, das performances dos setores de Indústria de Transformação (-155) e Agropecuária (-106).

Apesar da queda mensal de empregos celetistas, no que tange ao saldo acumulado dos primeiros cinco meses do ano, o estado apresentou resultado líquido positivo de 3,7 mil admissões, 2º melhor do Nordeste. Esta também é a classificação do estado quando considerada a variação do estoque de empregos (+0,8%).

Tabela 15 - Maranhão: Saldo de emprego formal de 2017 a 2019*, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado		Maio		Variação absoluta (b-a)
	2017	2018	2018 (a)	2019 (b)	2018	2019	
Total	2.299	9.825	4.613	3.712	2.075	-106	-901
Extrativa mineral	-170	70	-5	20	-3	8	25
Ind. de Transformação	-2.151	-172	-64	-170	24	-155	-106
Prod. minerais não metálicos	-765	275	-106	-177	-19	-1	-71
Metalúrgica	-56	193	-56	-149	14	-94	-93
Mecânica	164	-343	-280	-59	-125	-13	221
Material elétrico e de comunicações	-49	16	7	10	3	0	3
Material de transporte	-37	11	-7	-32	-5	-10	-25
Madeira e do mobiliário	-232	-16	-12	-24	-3	19	-12
Papel, papelão, editorial e gráfica	8	87	107	-64	17	-28	-171
Borracha, fumo, couros, similares	-25	65	67	12	-25	-32	-55
Química de prod. farm., vet.	-1.008	-142	123	216	57	-101	93
Têxtil do vestuário e tecidos	-47	40	38	-2	12	6	-40
Calçados	5	5	1	8	0	1	7
Alimentos e bebidas	-109	-363	54	91	98	98	37
SIUP ¹	73	406	375	-60	335	3	-435
Construção civil	626	-3.674	-1.883	-1.824	62	-19	59
Comércio	-438	2.447	-698	-655	-383	25	43
Comércio varejista	-245	2.270	-642	-530	-302	135	112
Comércio atacadista	-193	177	-56	-125	-81	-110	-69
Serviços	4.416	8.984	6.068	6.542	1.802	92	474
Inst. de crédito, seg.	-88	34	-6	2	12	-7	8
Com. e adm. de imóveis, valores	-27	2.746	1.838	-530	-24	-227	-2.368
Transportes e comunicações	1.591	345	103	113	170	-46	10
Alojamento, alimentação, etc.	368	3.632	2.276	-767	1.225	395	-3.043
Serv. médicos, odont. e vet.	2.018	1.682	741	6.874	320	-43	6.133
Ensino	554	545	1.116	850	99	20	-266
Administração pública	62	434	17	-42	3	46	-59
Agropecuária	-119	1.330	803	-99	235	-106	-902

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até maio (ajustado até abril). ¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública

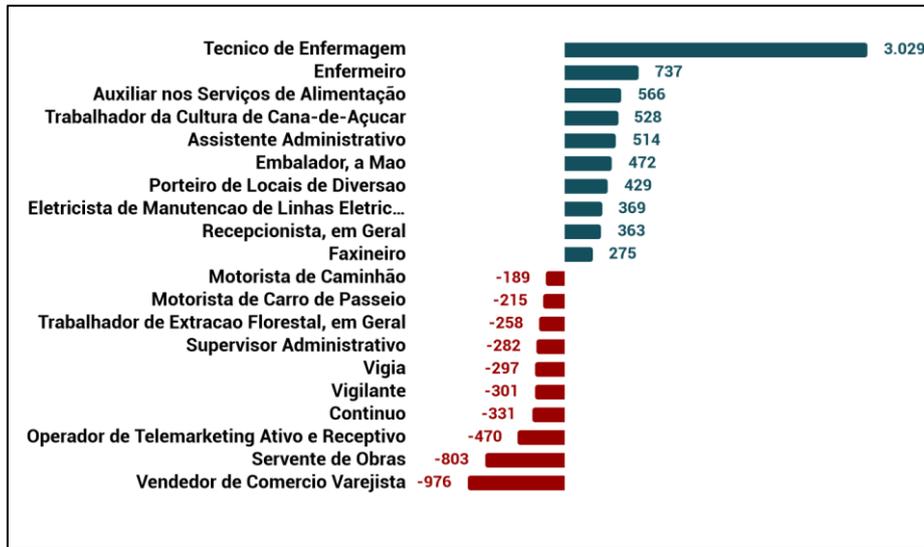
No tocante à distribuição setorial, o resultado positivo deveu-se principalmente ao setor de Serviços (+6,5 mil). O subsetor *Serviços médicos, odontológicos e veterinários* (+6,8 mil) foi o que mais se destacou, sobretudo o segmento de *Atividades de Apoio à Gestão de Saúde* (+6,7 mil). Ademais, apenas a Indústria Extrativa mineral apresentou resultado positivo (+20).

A Construção Civil (-1,8 mil) permaneceu com saldo negativo, apesar da atenuação de 59 demissões em relação ao acumulado de 2018. O resultado do setor pode ser atribuído às performances das atividades de *Construção de Edifícios* (-1,1 mil) e *Construção de Rodovias e Ferrovias* (-1,1 mil), que juntas representaram mais de 2 mil desligamentos líquidos.

Se tratando do setor Comércio (-655), o segmento varejista, mais expressivo em demissões, teve seu resultado negativo influenciado principalmente pelo desempenho observado na atividade *Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios* (-767). Vale destacar que o volume de vendas no varejo ampliado caiu 1,8% em abril de 2019 frente ao mês anterior, conforme apontado na seção do Comércio.

O Gráfico 18 apresenta os tipos de ocupações que registraram maiores saldos acumulados de empregos formais, destacando-se: Técnico de Enfermagem (+3 mil), atividade que regeu o resultado do setor de Serviços; Enfermeiro (+752) e Auxiliar nos Serviços de Alimentação (+566).

Gráfico 18 - Maranhão: Saldo de Emprego Formal por tipo de Ocupação, dez maiores e dez menores no acumulado* de 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até maio (ajustado até abril).

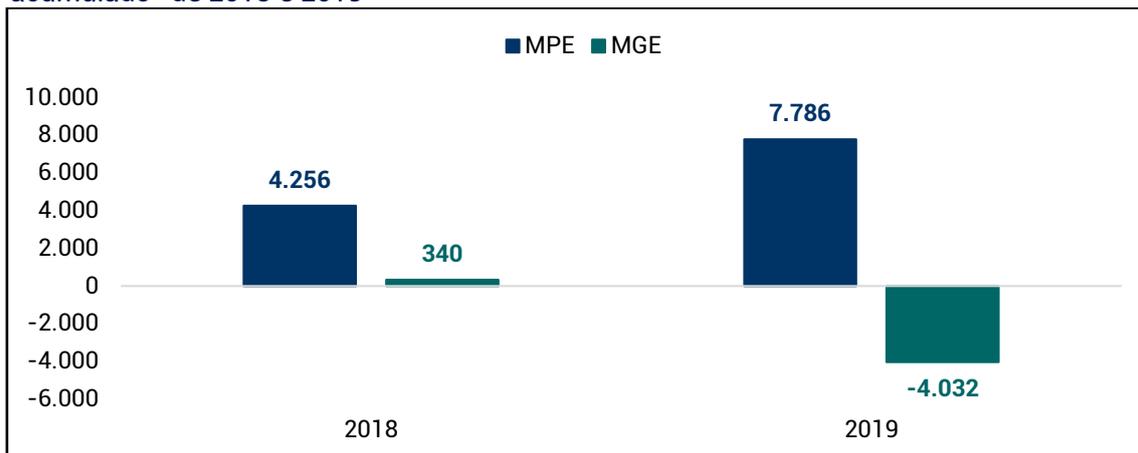
Por outro lado, as ocupações em que se observaram mais desmobilizações no estado foram: Vendedor de Comércio Varejista (-976), Servente de Obras (-803) e Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo (-470).

Os pequenos negócios são responsáveis pela geração de 7,8 mil empregos no estado em 2019

Seguindo a metodologia do SEBRAE¹⁷, no acumulado de janeiro a maio de 2019, as micro e pequenas empresas (MPE) foram responsáveis pela geração de 7,8 mil empregos formais no Maranhão (Gráfico 19), uma variação de 82,9% em relação ao mesmo período 2018, alta puxada pelo setor de Serviços (+8,6 mil). Enquanto as médias e grandes empresas (MGE) extinguíram mais de quatro mil postos de trabalho no comparativo interanual, resultado proveniente principalmente dos setores de Serviços (-2 mil) e Construção Civil (-1,4 mil).

¹⁷ O Sebrae adota esta metodologia, por não ser possível apurar o porte das empresas, com base nos dados do CAGED, aplicando-se os critérios definidos na Lei Geral das micro e pequenas empresas (faixas de faturamento) <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20do%20CAGED%2001%202019.pdf>

Gráfico 19 - Maranhão: Saldo de empregos gerados, segundo porte das empresas, acumulado* de 2018 e 2019

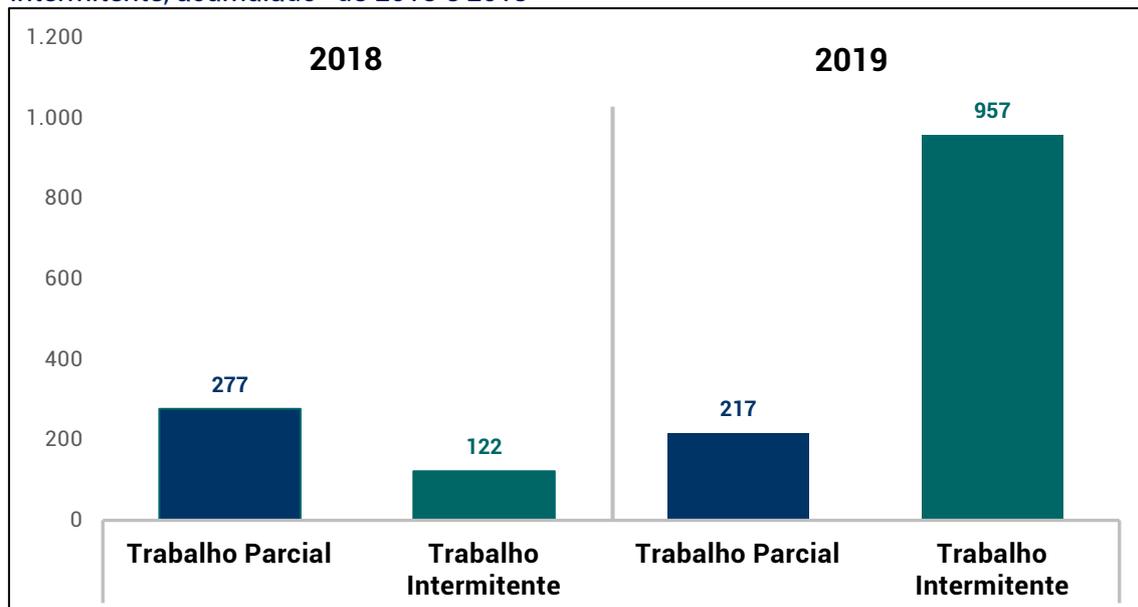


Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até maio (ajustado até abril). Nota: O Sebrae não considera como Microempresas e Pequenas Empresas as que pertencem à Administração Pública.

Volume de trabalho intermitente cresce no Maranhão com a Reforma Trabalhista

No Gráfico 20, destaca-se os impactos da flexibilização trabalhista, nos primeiros cinco meses do ano, no que se refere ao trabalho em regime parcial¹⁸, trabalho intermitente¹⁹ e desligamentos mediante acordo entre empregado e empregador.

Gráfico 20 - Maranhão - Saldo emprego com carteira em regime parcial e trabalho intermitente, acumulado* de 2018 e 2019



Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até maio (ajustado até abril).

No acumulado de janeiro a maio de 2019, o trabalho em regime parcial registrou saldo de 217 contratações líquidas, geradas principalmente no setor de Serviços (+211), embora essa modalidade trabalhista tenha gerado menos vagas na comparação com o mesmo período do ano passado. O

¹⁸ De acordo com a regulamentação legal, considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração semanal não exceda a 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares, ou, ainda, aquele cuja duração semanal não exceda a 26 horas, com a possibilidade de até 6 horas suplementares semanais.

¹⁹ No que concerne ao trabalho intermitente, as regras alteradas pela MP 808/2017 criam uma nova modalidade de contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado. O contrato deve ser registrado em regime celetista, ainda que previsto em convenção ou acordo coletivo.

trabalho intermitente assinalou 957 admissões líquidas, uma elevação em relação ao mesmo período de 2018 (+122), alocados majoritariamente nos setores de Comércio (+771) e Construção Civil (+114). No período em questão, houveram 423 desligamentos mediante acordo entre empregado e empregador, sendo os setores Serviços (-185) e Comércio (-129) os que tiveram maiores desmobilizações.

Abrangência Municipal

90 municípios apresentam resultado positivo no acumulado de janeiro a maio de 2019, com destaque para a capital São Luís

A Tabela 16 apresenta o saldo de empregos formais nos municípios maranhenses, por setor de atividade, no acumulado de janeiro a maio de 2019. Dentre os municípios que mais geraram empregos, estão: São Luís (+4 mil), Campestre do Maranhão (+547) e Balsas (+444).

Na capital do estado, o setor de Serviços (+5,7 mil) manteve-se como maior gerador de postos de trabalho nos cinco primeiros meses do ano. Entretanto, no mês de maio, o setor apresentou 87 desligamentos líquidos. Dentre as atividades que se destacaram no município de São Luís em geração de emprego, no acumulado de janeiro a maio do ano corrente, estão: *Apoio à Gestão de Saúde*, com saldo total de 6.779 admissões líquidas, grande parte aberta no mês de abril de 2019; *Instalações Elétricas* (+488); e *Locação de Mão-De-Obra Temporária* (+304).

Tabela 16 - Municípios Maranhenses: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação no acumulado* de 2019

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agro-pecuária	Total
	Total	20	-170	-60	-1.824	-655	6.542	-42	-99	3.712
1º	São Luís	5	98	-53	-1.171	-467	5.722	-40	-32	4.062
2º	Campestre do Maranhão	0	-2	0	-10	-1	41	0	519	547
3º	Balsas	-4	9	1	21	156	183	0	78	444
4º	Timon	-1	51	-5	0	143	99	0	-1	286
5º	São Raimundo das Mangabeiras	0	159	0	53	-7	3	0	24	232
6º	Esperantinópolis	0	-1	0	2	-7	233	0	0	227
7º	Pastos Bons	0	0	0	138	7	2	0	0	147
8º	Coelho Neto	0	116	0	26	-12	5	0	-6	129
9º	Barreirinhas	0	1	0	151	-9	-25	0	0	118
10º	Pinheiro	0	0	-2	1	126	-17	0	0	108
208º	São Mateus do Maranhão	0	-4	1	-57	-25	-5	0	-1	-91
209º	Codó	0	-26	0	8	-72	-3	0	-12	-105
210º	Carolina	1	-45	-1	-4	-7	-18	0	-36	-110
211º	Bacabal	4	14	-1	1	-99	-40	0	-7	-128
212º	Grajaú	12	-51	0	-16	-18	39	0	-108	-142
213º	Itapecuru Mirim	-23	-159	0	60	-21	-3	0	-4	-150
214º	São Jose de Ribamar	0	2	-8	-134	-77	-66	0	22	-261
215º	Santa Inês	0	-5	-1	5	-110	-178	0	0	-289
216º	Açailândia	0	-109	6	-87	-39	-7	0	-293	-529
217º	Imperatriz	-5	-110	8	-561	-169	227	1	-30	-639

Fonte: CAGED – Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (ME). * Acumulado até maio (ajustado até abril).

Em Campestre do Maranhão (+547), o forte crescimento na Agropecuária em maio (+156) impulsionou o resultado positivo do acumulado do ano no setor (+519). Isso deveu-se principalmente à atividade de *Cultivo de Cana-de-Açúcar* (+535), que intensificou a tendência de alta apresentada nos últimos meses.

Em Balsas, os setores Serviços (+183) e Comércio (+156) foram os que mais geraram empregos formais no ano. Dentre as atividades, as que registraram maior saldo positivo foram as de *Pós-Colheita* (+95) e *Transporte Rodoviário de Carga* (+76). Destaca-se que o resultado do município no mês de maio

foi negativo, com 100 vagas formais a menos, observadas principalmente no *Comércio Atacadista de Soja* (-24).

No mês de maio de 2019, o município com maior saldo foi Esperantinópolis (+231), com o setor de Serviços (+230) como principal responsável pela alta. A atividade de *Limpeza em Prédios e em Domicílios* concentrou a maior parte das vagas, com 231 admissões líquidas.

Entre os saldos negativos mais expressivos, destacam-se os municípios de Imperatriz (-639), Açailândia (-529) e Santa Inês (-289), conforme a Tabela 16.

Em Imperatriz, o setor da Construção Civil foi o maior responsável pelo saldo negativo tanto no acumulado do ano (-591) quanto no resultado mensal (-93), com as atividades *Construção de Edifícios* (-353) e *Obras de Terraplenagem* (-184) como principais responsáveis pelo desempenho negativo. No Comércio, a atividade *Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios* também se destaca, com saldo negativo de 152 empregos celetistas em 2019.

Em Açailândia, a Agropecuária foi o setor que impactou negativamente no saldo total do ano, com 293 desligamentos líquidos, seguida da Indústria de Transformação (-109). A atividade *Apoio à Produção Florestal* (-201) intensificou a queda do setor Agropecuário²⁰, sendo que no mesmo período de 2018 a mesma registrava saldo positivo de 237 contratações. Na Indústria, a atividade *Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral* (-107) contribuiu negativamente para o resultado acumulado.

Em Santa Inês, os setores Serviços (-178) e Comércio (-110) foram os maiores responsáveis pelo resultado negativo em 2019, apesar deste último ter apresentado saldo positivo expressivo no mês, com criação de 109 vagas. A atividade de *Locação de Automóveis sem Condutor* (-146) continuou com a maior queda no acumulado do ano. Vale destacar que o referido município gerou 125 novas vagas no mês de maio, sendo este o 5º melhor resultado do estado, contudo insuficiente para superar os resultados negativos dos meses anteriores.

3.4.2. Ocupação

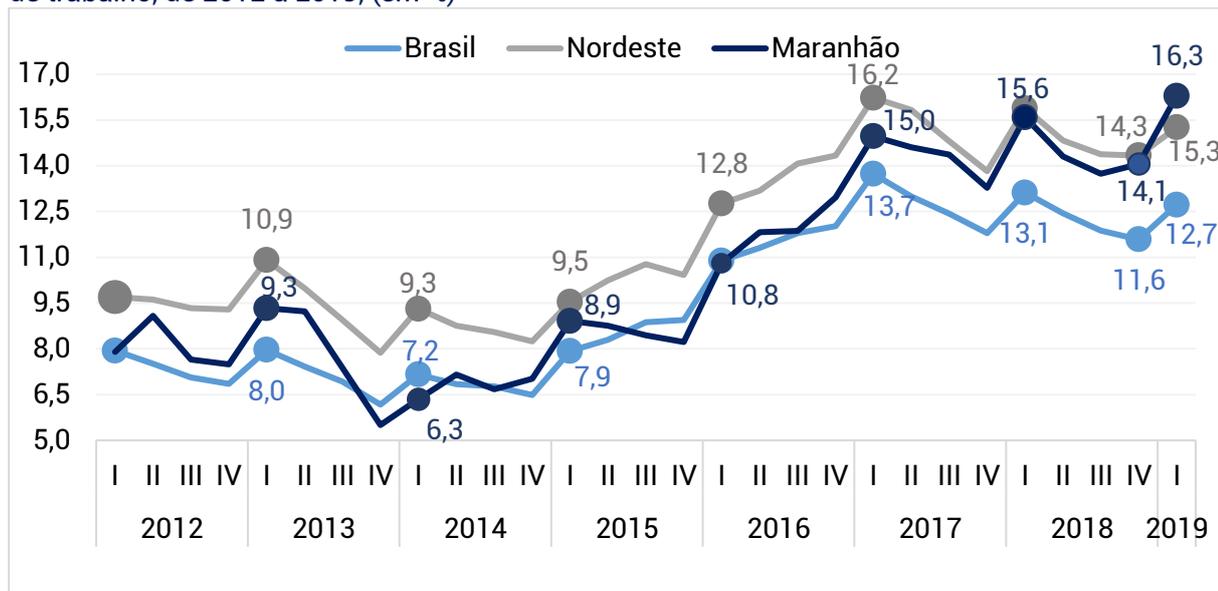
Nordeste lidera a taxa de desocupação (15,3%) entre as regiões do país no primeiro trimestre de 2019, com o Maranhão (16,3%) atingindo a segunda maior taxa da região

Os dados da PNADc para o estado do Maranhão, relativos ao 1º trimestre de 2019, mostram que a taxa de desocupação atingiu 16,3%, maior alta da série histórica iniciada em 2012, uma elevação de 0,7 p.p contra o mesmo período do ano anterior (Gráfico 21). A tendência ascendente foi impulsionada pela Região Metropolitana da Ilha de São Luís, que apresentou a maior taxa de desocupação dentre as regiões metropolitanas do Nordeste (19,7%).

Na comparação entre os estados do Nordeste, o Maranhão apresentou a segunda maior taxa de desocupação, superado apenas pela Bahia (18,3%). No comparativo com o trimestre anterior, houve um crescimento de 2,2 p.p, situação dentro da normalidade do fator sazonal para o período. Observou-se a mesma tendência de alta na Região Nordeste (15,3%), cuja taxa de desocupação apresentou elevação de 1,0 p.p em relação ao trimestre anterior. Por sua vez, no país, a taxa cresceu 1,1 p.p, alcançando 12,7% de desocupados no primeiro trimestre do ano (13,2 milhões de pessoas).

²⁰ Destaca-se que as exportações maranhenses de pasta de celulose registraram queda de 28,8% em quantidade e 22,2% em valor no acumulado de janeiro a maio de 2019, segundo o Ministério da Economia. Tal resultado impacta diretamente o emprego nas atividades relacionadas a esse produto, como é o caso da atividade de Apoio à Produção Florestal, visto que a pasta de celulose tem como matéria prima a madeira de florestas plantadas.

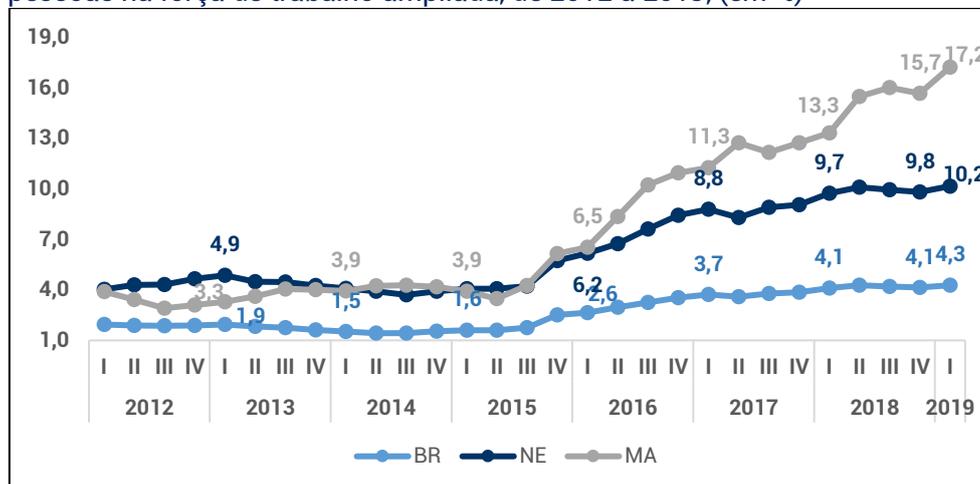
Gráfico 21 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação trimestral das pessoas na força de trabalho, de 2012 a 2019, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

A pesquisa ainda aponta o Maranhão como estado detentor do maior número de desalentados²¹ em relação à força de trabalho ampliada²² (17,2%). O estado apresenta o segundo maior contingente de desalentados do país no primeiro trimestre de 2019, com um total de 561 mil pessoas que desistiram de procurar empregos. A unidade da federação com o maior contingente é a Bahia, com 768 mil pessoas nestas condições.

Gráfico 22 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desalentados trimestral das pessoas na força de trabalho ampliada, de 2012 a 2019, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Maranhão apresenta queda de 4,4% no número de ocupados no resultado interanual

No primeiro trimestre de 2019, foi registrada a perda de 100 mil ocupações no Maranhão em relação ao mesmo período do ano anterior (-4,4%), conforme a Tabela 17. O setor agropecuário

²¹ A população desalentada é definida pelo IBGE como aquela que estava fora da força de trabalho porque não conseguia trabalho adequado, ou não tinha experiência ou qualificação, ou era considerado uma pessoa muito jovem ou idosa, ou não havia trabalho na localidade em que residia – e que, se tivesse oferta de trabalho, estaria disponível para assumir a vaga.

²² Somatório das pessoas na força de trabalho (pessoas economicamente ativas) e força de trabalho potencial (composto por pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência).

continuou sendo o principal responsável pelo resultado negativo, ocasionando a diminuição de 55 mil ocupações, das quais 85% ocorreram na zona rural. As atividades de Cultivo de Arroz (-21,2 mil) e Criação de Bovinos (-15,9 mil) foram as que registraram as maiores reduções no número de ocupados.

Vale destacar que, desde o início da série histórica em 2012, o percentual de ocupados nas atividades ligadas à Agropecuária caiu de 30% para 16% do total, passando de 758 mil para 346 mil pessoas. Isso fez com que o Maranhão deixasse de ser o estado com maior participação da força de trabalho ocupada nesse setor, passando da 1ª posição no primeiro trimestre de 2012 para a 7ª em 2019.

Dentre os demais grupamentos de atividade, a Indústria, a Construção e o Comércio apresentaram perdas de 19 mil ocupados em comparação ao 1º trimestre de 2018. A queda registrada nos setores da Construção e do Comércio pode ser atribuída à depressão do nível de investimentos, que por sua vez, é traduzida pela piora nos índices de confiança do empresariado.

Tabela 17 - Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os grupamentos de atividade, de 2017 a 2019; Variação absoluta e taxa de crescimento (%)

Grupamentos de Atividade	Anual		1º trimestre		Var. interanual		Partic. (%)	
	2017	2018	2018 (a)	2019 (b)	Abs. (b-a)	% (b/a)	2018	2019
Total	2.344	2.268	2.258	2.158	-100	-4,43	100,0	100,0
Agropecuária	416	347	401	346	-55	-13,7	17,8	16,0
Indústria	141	128	139	120	-19	-13,7	6,2	5,6
Indústria de transformação	110	101	105	99	-6	-5,7	4,7	4,6
Construção	227	211	191	172	-19	-9,9	8,5	8,0
Comércio, reparação de veículos	540	512	528	509	-19	-3,6	23,4	23,6
Serviços inclusive APU, educação. e saúde	1.019	1.070	1.000	1.011	11	1,1	44,3	46,8
Transporte, armazenagem e correio	94	101	93	96	3	3,2	4,1	4,4
Alojamento e alimentação	117	120	118	119	1	0,8	5,2	5,5
Informação, comunic., ativ. financ., imob.	114	125	121	125	4	3,3	5,4	5,8
Outros serviços	96	101	89	103	14	15,7	3,9	4,8
Serviços domésticos	147	144	145	136	-9	-6,2	6,4	6,3
Administração pública, educação e saúde	451	479	434	432	-2	-0,5	19,2	20,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O destaque positivo ficou por conta do grupamento Outros Serviços que apresentou a maior ampliação do número de ocupados (+14 mil) no primeiro trimestre de 2019, especialmente nas atividades Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza (+7,3 mil) e Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos (+1,6 mil).

Empregos com carteira no setor privado apresentam declínio no estado no primeiro trimestre de 2019. Por outro lado, as ocupações na esfera pública municipal apresentam crescimento em 2019

Considerando a abertura por posições na ocupação, as perdas mais expressivas do estado foram observadas nas categorias Conta Própria (-36 mil) e Empregados no setor privado com carteira (-27 mil) na comparação do 1º trimestre de 2019 com o mesmo período do ano anterior, conforme demonstra a Tabela 18. Já no âmbito nacional, houve aumento de, aproximadamente, 1,6 milhão de ocupações, principalmente nas posições Conta Própria (+879 mil) e Empregados sem carteira (+480 mil), tendência contrária à verificada no estado.

Na categoria Conta Própria, houve perda de 36 mil ocupações no Maranhão, queda de 4,7% na comparação entre o 1º trimestre de 2019 e 2018. Tal declínio ocorreu majoritariamente nos segmentos Cultivo de arroz (-14,1 mil), Produção florestal (-10,3 mil) e Comércio ambulante e feiras (-9,0 mil).

No que se refere à perda de ocupados com carteira assinada no setor privado maranhense, verificou-se que estas foram mais predominantes nas atividades Extração de minerais metálicos (-6,5 mil), Construção de edifícios (-6,3 mil) e Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra (-5,5 mil). Tal resultado culminou na participação de 50,3% dos empregos com carteira assinada no total do setor privado, marcando a menor taxa dentre as demais Unidades da Federação no primeiro trimestre de 2019. Vale destacar que, desde do início da série histórica em 2012, o Maranhão se situa entre os seis estados com menores taxas de formalização na esfera privada.

Tabela 18 - Maranhão: Número de ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2017 a 2019*

Posição na ocupação	2017	2018	Trimestre		Variação trimestre	
			1º tri 2018	1º tri 2019	Absoluta	(%)
Posição na ocupação	2017	2018	1º tri 2018	1º tri 2019	Absoluta	(%)
Total – Maranhão	2.344	2.268	2.258	2.158	-100	-4,4
Empregados formais e Servidores Públicos	830	836	805	778	-27	-3,4
Empregado no setor privado - c/carteira	424	411	424	397	-27	-6,4
Trabalhador doméstico - c/carteira	19	17	18	16	-2	-11,1
Empr. no setor público - c/carteira	24	22	22	23	1	4,5
Empr. no setor público - s/carteira	148	156	125	115	-10	-8,0
Empr. no setor público - militar e RJU	215	230	216	227	11	5,1
Total de Empregados s/ Carteira	565	530	530	512	-18	-3,4
Empregado no setor privado - s/carteira	438	403	404	392	-12	-3,0
Trabalhador doméstico - s/carteira	127	127	126	120	-6	-4,8
Empregadores	79	65	74	61	-13	-17,6
Total Conta Própria	776	753	759	723	-36	-4,7
Trabalhador familiar auxiliar	93	85	90	84	-6	-6,7

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE; *1º Trimestre

Regime Jurídico Único: situação jurídica funcional do servidor público estatutário.

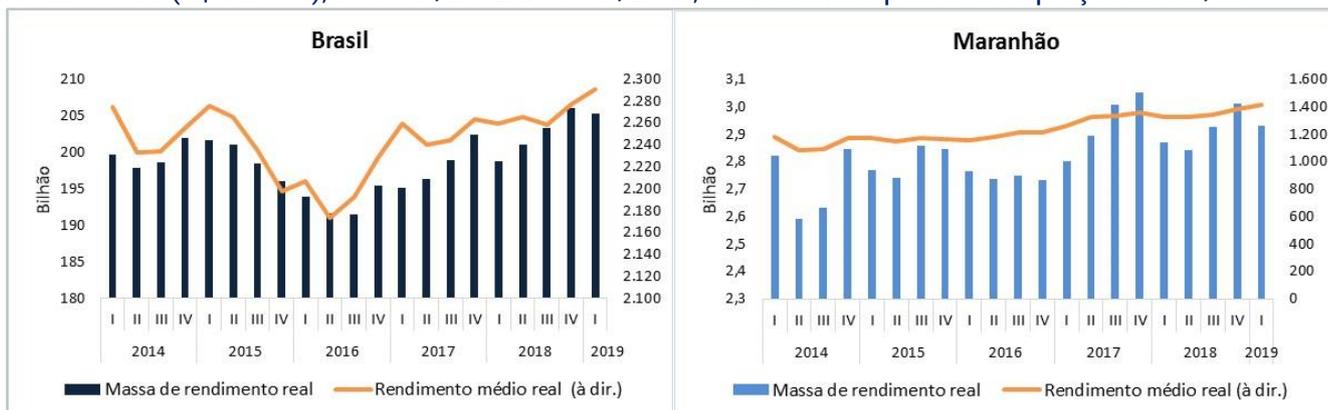
Por outro lado, as categorias do setor público, como militar e estatutário (+11 mil) e Empregados com carteira (+1 mil) apresentaram as maiores variações positivas na perspectiva interanual. No entanto, tais resultados foram insuficientes para suplantar a queda total de 4,4% de ocupados no estado. Na abertura por microdados, verificou-se que ambas categorias do setor público obtiveram maior aumento de ocupados na esfera municipal (segmento de Administração pública e regulação da política econômica e social), tendo registrado 8,4 mil ocupações adicionais na categoria militar e estatutário e 2,5 mil nos empregados com carteira.

Massa de rendimentos reais das pessoas ocupadas no Maranhão registra alta em relação ao primeiro trimestre de 2018

No tocante aos rendimentos reais da população ocupada, o Maranhão apresentou rendimento médio de R\$ 1,4 mil no primeiro trimestre de 2019 (Gráfico 23), atingindo crescimento interanual de 6,8%, e assim, superando a taxa registrada no âmbito nacional (1,4%). O resultado do estado deve-se a saída de ocupados de baixo rendimento da agricultura, somados à inserção de servidores públicos, que implicou no aumento do rendimento médio dos ocupados.

Destaca-se, também, que a evolução da massa de rendimentos reais da população ocupada (R\$ 2,9 bilhões) registrou variação positiva de 2,1% na comparação interanual. Tais resultados foram provenientes especialmente das atividades Administração pública e regulação da política econômica e social – Municipal (+R\$ 32 milhões) e Educação superior (+R\$ 30 milhões). Por conseguinte, ambos os segmentos, que também registraram aumento na ocupação e possuem rendimentos mais elevados, conseguiram mais que compensar o impacto da queda da ocupação nas demais atividades, em termos de massa de rendimentos.

Gráfico 23 - Brasil e Maranhão: Rendimento Médio real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões), do 1º tri/2012 ao 1º tri/2019, inflacionados pelo IPCA a preços de fev/19



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

3.5. Finanças Públicas

A arrecadação de tributos federais no Maranhão apresentou variação positiva no comparativo interanual

De acordo com dados da Receita Federal do Brasil, a arrecadação de impostos federais no Maranhão totalizou cerca de R\$ 5,1 bilhões no período de janeiro a maio de 2019. Esse montante representa uma variação positiva em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado, sobretudo, pelo aumento da Receita Previdenciária (R\$ 960,27 milhões), seguido do aumento de Impostos (R\$ 268,78 milhões), conforme evidenciado na Tabela 19.

Dentre os tributos federais cuja receita arrecadada é compartilhada com Estados e Municípios, destaca-se que apenas o IPI apresentou um aumento de 15,2%, o correspondente a cerca de R\$4,0 milhões. Os demais apresentaram, durante o período, queda em termos absolutos de: -R\$ 46,16 milhões no IR Total; -R\$ 189,3 mil no ITR; e -R\$ 323 mil na CIDE-Combustíveis.

No que tange aos tributos resultantes de atividades empresariais incidentes sobre o faturamento e a lucratividade, aqueles que contribuíram mais fortemente para o incremento da arrecadação de impostos federais no estado, observado durante o período em tela, foram a CSLL (+R\$44,39 milhões) e a COFINS (+R\$322,52 milhões), correspondendo ao crescimento real de 27,1% e 31,8%, respectivamente, em relação aos primeiros cinco meses do ano anterior.

Vale ressaltar, entretanto, que apesar da variação positiva na arrecadação de tributos federais no Maranhão, apenas parcela desse recurso retorna para o estado.

Tabela 19 - Maranhão: Arrecadação de Impostos Federais em 2018 e 2019*, mensal e acumulado (em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA até mai/19), taxa de crescimento (%) e variação absoluta

Descrição	2018	Maio				Acumulado (janeiro - maio)			
		2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
Imposto sobre importação	283,43	28,69	21,57	-24,8	-7,12	181,74	89,40	-50,8	-92,34
IPI – Total	66,12	2,43	5,29	117,4	2,86	26,79	30,88	15,2	4,08
Imposto sobre a renda - Total	1.436,39	106,81	112,67	5,5	5,86	646,08	599,91	-7,1	-46,16
Imposto sobre operações financeiras	5,61	0,38	0,45	19,7	0,07	2,51	2,32	-7,4	-0,19
Imposto Territorial Rural	11,60	0,16	0,30	81,3	0,13	1,23	1,04	-15,4	-0,19
COFINS	2.405,60	113,11	225,18	99,1	112,07	1.014,83	1.337,36	31,8	322,53
PIS/PASEP	691,27	34,35	57,52	67,5	23,17	291,15	355,62	22,1	64,48
CSLL	412,13	26,77	24,59	-8,1	-2,18	163,52	207,91	27,1	44,39
CIDE-Combustíveis	107,02	3,59	15,34	327,5	11,75	70,66	70,98	0,5	0,32
CPSSS	328,08	25,16	25,58	1,7	0,42	125,82	128,82	2,4	3,00
Outras receitas administradas	115,57	9,20	7,56	-17,8	-1,64	51,08	19,91	-61,0	-31,17
Subtotal	5.862,89	350,64	496,06	41,5	145,42	2.575,41	2.844,20	10,4	268,78
Receita Previdenciária [B]	3.967,61	253,09	497,23	96,5	244,14	1.323,32	2.283,59	72,6	960,27
Receita adm. pela RFB [C] = [A] + [B]	9.830,50	603,74	993,29	64,5	389,56	3.898,73	5.127,79	31,5	1.229,06
Demais receitas [D]	42,83	1,98	2,32	17,1	0,34	15,68	12,95	-17,4	-2,72
Total geral das receitas [C] + [D]	9.873,33	605,72	995,62	64,4	389,90	3.914,41	5.140,74	31,3	1.226,33

Fonte: STN *Acumulado de janeiro a maio

A arrecadação de ICMS cresceu 9,2% no acumulado de janeiro a maio no comparativo interanual

Quanto à arrecadação de competência estadual, conforme a Tabela 20, também se observou um crescimento real de 9,8% durante o período, o equivalente a R\$ 3,4 bilhões contra R\$ 3,1 bilhões do mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi influenciado sobretudo pelo incremento de R\$ 234,7 milhões de ICMS. É importante destacar, que a participação do referido imposto no total das receitas do estado é de cerca de 35,0%.

Tabela 20 - Maranhão: Arrecadação de Tributos Estaduais em 2018 e 2019*, em maio/18 e maio/19, acumulado de jan-maio/18 e jan-maio/19 (R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA até maio/19), taxa de crescimento (%) e variação absoluta

Descrição	2018	Maio				Acumulado (janeiro - maio)			
		2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
ICMS	6.850,94	499,48	565,72	13,3	66,24	2.559,02	2.793,78	9,2	234,76
IPVA	425,94	44,59	44,62	0,1	0,03	311,69	322,49	3,5	10,79
ITCD	17,44	1,66	1,28	-23,0	-0,38	5,81	7,03	20,9	1,22
Demais Receitas ¹	310,86	27,88	25,18	-9,7	-2,70	165,62	147,56	-10,9	-18,06
FUMACOP	327,42	26,49	45,08	70,2	18,59	120,44	201,71	67,5	81,27
TOTAL	7.932,60	600,10	681,89	13,6	81,78	3.162,58	3.472,56	9,8	309,98

Fonte: SEFAZ/MA. *Acumulado de janeiro a maio. ¹Taxas cobradas por todas as Secretarias (Fazenda, Segurança, DETRAN, Vigilância, Bombeiros etc.); Multas aplicadas pelas Secretarias da Fazenda, Ambiente, Vigilância, Meio Ambiente, TCE, PROCON etc.); Contribuições para Fundos Públicos (Fundo da Indústria, do Meio Ambiente, de Combate ao Câncer, entre outros).

As Transferências Constitucionais para o Maranhão apresentaram crescimento de 3,9% no acumulado de janeiro a maio de 2019, no comparativo interanual

Quanto às Transferências Constitucionais para o Estado, observou-se um aumento de 3,9% entre janeiro e maio de 2018 e o mesmo período de 2019, o correspondente ao acréscimo de cerca de R\$123,51 milhões. Contribuíram para esse resultado o aumento no FPE em cerca de R\$130,02 milhões, representando um crescimento de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior; e o FUNDEB, cujo acréscimo de R\$20,39 milhões correspondeu a um crescimento real de cerca de 3,0% no comparativo interanual (Tabela 21).

Tabela 21 - Maranhão: Principais Transferências Constitucionais para o Estado e Municípios em 2018 e 2019*, em maio/18 e maio/19 (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até mai/19) e taxa de crescimento real (%)

Descrição	2018	Maio				Acumulado (janeiro - maio)			
		2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.	2018	2019	Cresc. Real (%)	Var. Abs.
Estado	6960,80	700,84	680,94	-2,8	-19,90	3.206,75	3.330,26	3,9	123,51
FPE	5324,83	526,49	554,33	5,3	27,84	2.450,17	2.580,18	5,3	130,02
FUNDEB	1448,51	165,81	118,60	-28,5	-47,20	678,05	698,44	3,0	20,39
Outros	187,46	8,54	8,01	-6,2	-0,53	78,54	51,64	-34,3	361,55
Municípios	9.101,25	915,81	905,45	-1,1	-10,36	4.060,05	4.421,60	8,9	361,55
FPM	3.569,12	307,96	339,04	10,1	31,08	1.485,77	1.578,69	6,3	92,92
FUNDEB	5.364,76	598,44	459,64	-23,2	-138,80	2.512,04	2.695,35	7,3	183,31
Royalties	144,99	8,83	106,69	1108,9	97,86	52,63	143,85	173,3	91,22
Outros	22,39	0,59	0,08	-85,6	-0,50	9,61	3,72	-61,3	-5,90

Fonte: STN * Acumulado de janeiro a maio

Já em relação às Transferências Constitucionais aos municípios, observou-se um incremento de R\$361,55 milhões em relação aos primeiros cinco meses de 2018, o correspondente a um crescimento real de 8,9%. Dentre as rubricas que contribuíram para esse resultado, destacaram-se os *royalties* (R\$+91,22 milhões), o FUNDEB (+R\$183,31 milhões) e o FPM (+R\$92,92 milhões).

É importante destacar que o crescimento dessas transferências durante o período foi influenciado pelo desempenho positivo da arrecadação do Imposto de Renda em nível federal, já que um percentual desse tributo e do IPI – que apresentou retração – é direcionado para esses fundos.

Os maiores gastos sociais do Maranhão, no acumulado de janeiro a maio de 2019, foram direcionados para o Judiciário, Educação, Previdência Social, Saúde e Segurança Pública

As despesas estaduais de acordo com a categoria econômica, por sua vez, totalizaram R\$6,83 bilhões no acumulado de janeiro a maio de 2019. Desse montante, R\$6,04 bilhões foram direcionados para as Despesas Correntes e R\$793,04 milhões para as Despesas de Capital²³.

Do total das Despesas Correntes, R\$3,95 bilhões foram direcionados para os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, R\$181,75 milhões para o pagamento de Juros e Encargos da Dívida e R\$1,90 bilhão para Outras Despesas Correntes²⁴. Quanto às Despesas de Capital, R\$374,64 milhões foram destinados aos Investimentos, R\$366,71 milhões para a Amortização da Dívida e R\$51,69 milhões para as Inversões financeiras (

²³ Como o sistema da SEPLAN utilizado para o acompanhamento das despesas do estado encontra-se em fase de atualização, não foi possível fazer uma análise comparativa entre o ano corrente e o ano anterior. Ademais, as informações apresentadas são passíveis de modificação.

²⁴ Fazem parte dessa rubrica gastos como: material de consumo, pagamento de diárias, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, vale-transporte, entre outros.

Tabela 22).

Tabela 22 - Maranhão: Despesas Correntes e de Capital em 2018 e acumulado de janeiro a maio de 2019 (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até maio/19)

Descrição	2018	2019*
Despesas Correntes	17.214,10	6.044,35
Pessoal e Encargos Sociais	9.568,32	3.958,26
Juros e Encargos da Dívida	386,82	181,75
Outras Despesas Correntes	7.258,96	1.904,34
Despesas de Capital	2.685,34	793,04
Investimentos	1.723,10	374,64
Amortização da Dívida	585,50	366,71
Inversões financeiras	376,74	51,69
Despesa Total	19.899,45	6.837,39

Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de modificação, coletados em julho de 2019

Já em relação aos gastos por categoria, observou-se que, no acumulado de janeiro a maio de 2019, os maiores recursos foram direcionados para as seguintes áreas: Judiciária (R\$972,37 milhões); Educação (R\$940,89 milhões); Previdência Social (R\$813,56 milhões); Saúde (R\$700,61 milhões); e Segurança Pública (R\$597,14 milhões), conforme evidenciado na Tabela 23.

Tabela 23 - Maranhão: Gastos por categoria em 2018 e acumulado de janeiro a maio de 2019* (R\$ corrigidos pelo IPCA de maio de 2019)

Descrição	2018	2019*
Administração	933.957.352,27	311.587.363,70
Agricultura	169.654.594,39	33.042.820,92
Assistência Social	331.393.373,51	85.700.905,56
Ciência e Tecnologia	57.301.320,63	12.600.365,12
Comércio e Serviços	22.617.776,44	5.364.031,01
Cultura	118.845.355,05	27.252.408,16
Desporto e Lazer	23.069.897,93	10.185.543,78
Direitos da Cidadania	463.985.604,42	132.119.536,03
Educação	3.209.599.390,85	940.893.346,67
Encargos Especiais	3.502.541.343,67	516.891.682,59
Essencial à Justiça	670.843.683,51	228.047.584,24
Gestão Ambiental	46.972.412,30	6.854.851,34
Habitação	15.891.383,47	2.673.409,22
Indústria	27.844.183,40	7.415.431,39
Judiciária	1.126.404.408,80	972.372.939,37
Legislativa	575.050.936,66	177.465.164,41
Organização Agrária	14.777.499,58	2.599.695,37
Previdência Social	2.771.026.719,44	813.569.209,57
Saúde	2.322.007.695,53	700.610.323,64
Segurança Pública	1.890.678.355,14	597.141.818,28
Trabalho	21.344.820,78	2.774.106,65
Transporte	485.190.492,86	60.665.299,14
Urbanismo	410.881.347,34	34.302.881,57

Fonte: SEPLAN. *Dados passíveis de modificação, coletados em julho de 2019

Diante do exposto, observa-se que, no acumulado de janeiro a maio de 2019, o Maranhão apresentou um aumento na arrecadação tributária e das transferências constitucionais para o estado, esta última influenciada pelo desempenho positivo da arrecadação do IR em nível nacional. Pelo lado das despesas, constatou-se que as áreas que receberam os maiores volume de recursos no período em tela foram: Judiciária; Educação; Previdência Social; Saúde; e Segurança Pública. No entanto, vale ressaltar que tais informações são passíveis de modificação, já que o sistema da SEPLAN utilizado para o acompanhamento das despesas do estado encontra-se em fase de atualização, o que impossibilitou uma análise comparativa entre o ano corrente e o ano anterior.